



EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, CARTA ANUAL DE
GOVERNANÇA E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2022

Teste de Central de Geração Fotovoltaica Flutuante | Reservatório Billings (SP)

Prezados acionistas,

A Administração da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (“Companhia” ou “EMAE”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, Carta Anual de Governança e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde indicado de outra forma, estão expressas em milhares de reais e foram preparadas seguindo as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) do *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, acompanha o Parecer dos Auditores Independentes.

SUMÁRIO

I. Mensagem da Administração	4
II. Relatório da Administração e Carta Anual de Governança Corporativa	5
A. Atividades	5
B. Estrutura de Controle	8
C. Dados Econômico-Financeiros	9
D. Desempenho Operacional	11
E. Composição e Remuneração da Administração	15
F. Responsabilidade Ambiental	17
III. Demonstrações Financeiras	18
Ativo	18
Passivo e Patrimônio Líquido	19
Demonstrações de Resultado - DRE.....	20
Demonstrações de Resultados Abrangentes	21
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	22
Demonstrações de Fluxos de Caixa (Método Indireto)	23
Demonstrações do Valor Adicionado	24
Notas Explicativas	25
IV. Manifestação do Comitê de Auditoria.....	75
V. Parecer do Conselho Fiscal.....	76
VI. Relatório do Auditor Independente.....	77
VII. Declaração dos Diretores.....	84

I. Mensagem da Administração

Ao avaliar as realizações da EMAE em 2022 podemos afirmar que foi um ano de consolidação de projetos e de prospecção de novos desafios para a Empresa.

Mantivemos firme o compromisso de expandir o parque gerador, especialmente por meio de fontes renováveis.

Os principais projetos e realizações detalhados ao longo deste Relatório mostram o compromisso da Administração com a sustentabilidade da Companhia em gerar resultados correntes e assegurar o crescimento futuro, sem descuidar das principais vertentes de aspectos sociais, de meio ambiente e de governança.

Na operação de geração de energia focamos na qualidade do serviço e superamos os indicadores exigidos pelo Agente Regulador, resultado dos investimentos que vêm sendo realizados para modernização das usinas quase centenárias.

Cuidar das pessoas e do Meio Ambiente continuam como pilares para a EMAE o que está refletido nas ações que beneficiam a população como patrocínio de projetos que levam cultura e lazer às pessoas e parcerias com instituições que atuam para melhorar a qualidade de vida de pessoas com necessidades especiais.

Para nossos colaboradores, o cuidado constante com a saúde e bem estar teve continuidade nas campanhas internas e eventos voltados ao cuidado com a saúde e preservação da segurança, com ênfase no cuidado diário e no incentivo a atividades preventivas.

Com equipes engajadas e com o apoio dos nossos acionistas e parceiros enfrentamos os desafios de 2022, principalmente na gestão de custos focada na preparação da empresa para continuar a atuar com qualidade e resultados.

MARCIO REA
DIRETOR-PRESIDENTE

PABLO UHART
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

II. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

a. Atividades

Perfil

Autorizada a operar como concessionária de uso de bem público para a geração e comercialização de energia elétrica, a EMAE tem sob sua gestão quatro aproveitamentos hidrelétricos – três usinas próprias, que operam no regime de cotas de garantia física de potência e de energia, e uma pequena central, que pertence à sua subsidiária integral Pirapora Energia S.A., no regime de produção independente de energia – em área que se estende desde o município de Salto até a Baixada Santista, no Estado de São Paulo. Conta também com uma usina termelétrica instalada na capital paulista e arrendada para a Baixada Santista Energia – BSE, subsidiária integral da Petrobras.

A Companhia opera um sistema hidráulico formado por diques, barragens e reservatórios, como o Billings e Guarapiranga, no extremo sul da cidade de São Paulo, bem como as usinas elevatórias São Paulo e Pedreira e o canal do Rio Pinheiros, na cidade de São Paulo.

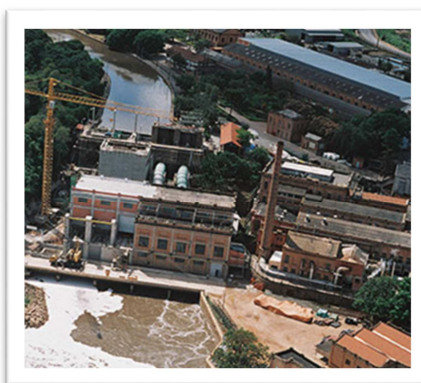
Suas principais atividades são: (i) suprimento de energia elétrica; (ii) construção de ativos; e (iii) prestação de serviços de operação e manutenção de instalações de usinas e estruturas correlatas para empresas e órgãos públicos.

Parque Gerador



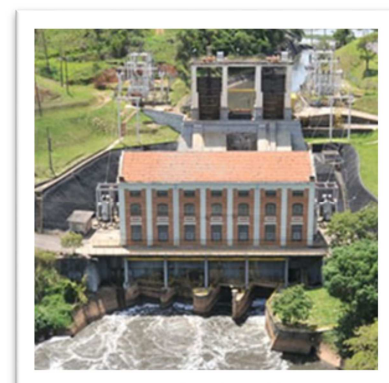
UHE Henry Borden

Concessão - Cotas
Cubatão, SP
Potência instalada: 889,0 MW
Garantia física: 115,4 MW médios
Período de concessão
Início: 01/01/2013
Término: 07/01/2043



UHE Porto Góes

Concessão - Cotas
Salto, SP
Potência instalada: 24,8 MW
Garantia física: 11,6 MW médios
Período de concessão
Início: 01/01/2013
Término: 24/01/2043



UHE Rasgão

Concessão - Cotas
Pirapora do Bom Jesus, SP
Potência instalada: 22,0 MW
Garantia física: 11,8 MW médios
Período de concessão
Início: 01/01/2013
Término: 30/11/2042



PCH Pirapora

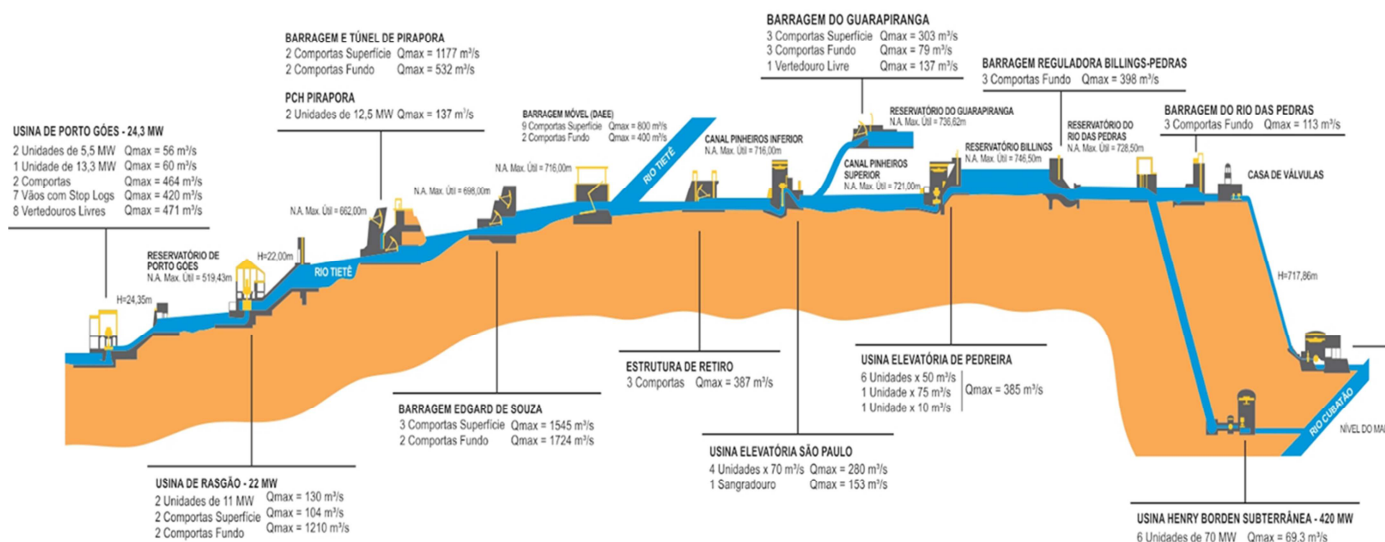
Produtor Independente - PIE
 Pirapora do Bom Jesus, SP
 Potência instalada: 25 MW
 Garantia física: 17,2 MW médios
 Período de concessão
 Início: 24/06/2008
 Término: 31/12/2044



UTE Piratininga

Concessão
 São Paulo, SP
 Potência instalada: 472 MW
 Termelétrica arrendada para a Baixada Santista Energia – BSE, subsidiária integral da Petrobras, desde 2007. Nota Explicativa “Arrendamento”.

Sistema Hidroenergético



Principais projetos e realizações

Em linha com seu planejamento estratégico, a EMAE avançou em seus projetos para ampliar sua capacidade de geração, modernizar suas usinas e monetizar ativos não operacionais.

A companhia tem buscado expandir seu parque gerador, especialmente com fontes sustentáveis, como a ampliação de parcerias para implementação de centrais fotovoltaicas flutuantes no reservatório Billings, podendo alcançar capacidade de 160 MW.

No programa de modernização das usinas, houve importante progresso como o início da renovação das válvulas esféricas da usina Henry Borden e a conclusão dos testes dos novos rotores, que permitirão ganhos de eficiência. A centenária UHE Rasgão será completamente reformada, com previsão de conclusão em 2025.

Além disso, a EMAE teve sucesso na monetização de alguns ativos imobiliários não operacionais, alienando imóveis, com destaque para a permuta da área no Parque Estadual Villa-Lobos (SP) por um edifício na região da Avenida Paulista com diferença de R\$ 12,3 milhões a favor da companhia. O edifício está localizado em uma região valorizada e foi iniciado o processo de sua alienação.

Dentre as demais realizações do ano, destacam-se:

- Alterações nos contratos de consórcio e de investimento, firmados no âmbito da Chamada Pública nº 1/2015 para implantação de usina termelétrica de até 2,5 GW, com a substituição da consorciada anterior (GASEN) pela empresa Edge-Empresa de Geração de Energia S.A.;
- Avanço do projeto de motorização da barragem Edgard de Souza, com o registro na ANEEL da alteração da potência do projeto para 18 MW, que permitiu início do processo de obtenção do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos necessários para a continuidade ao projeto de participação em leilões de energia nova esperados para 2023 e 2024;
- Assinatura do terceiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL para refletir a extensão de cerca de 40 dias no prazo de vigência das outorgas das UHEs Henry Borden e Porto Góes, para 07/01/2043 e 24/01/2043, respectivamente. A extensão do prazo é resultado da compensação oferecida aos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, nos termos da Lei nº 13.203/2015;
- Cumprimento do cronograma de manutenção das usinas, o que foi fundamental para garantir a disponibilidade das unidades geradoras;
- Obtenção do Alvará de autorização de início das obras de modernização e exploração comercial das áreas adjacentes da Usina São Paulo;
- A segurança de barragens também foi priorizada, com a continuidade dos trabalhos de reavaliação estrutural nas barragens de Guarapiranga e Rasgão (SP);
- Continuidade das atividades relativas aos Planos de Ação de Emergência das barragens, seguindo de forma importante, e no diálogo com os agentes envolvidos nesse planejamento, e
- Importantes avanços no projeto Novo Rio Pinheiros, contribuindo para a melhora da qualidade da água e no aproveitamento das margens com responsabilidade ambiental e opções de lazer para a população da cidade de São Paulo.

A Companhia segue empenhada em promover o desenvolvimento sustentável por meio da geração de energia limpa e da preservação ambiental e comprometida com a criação de valor para seus acionistas.

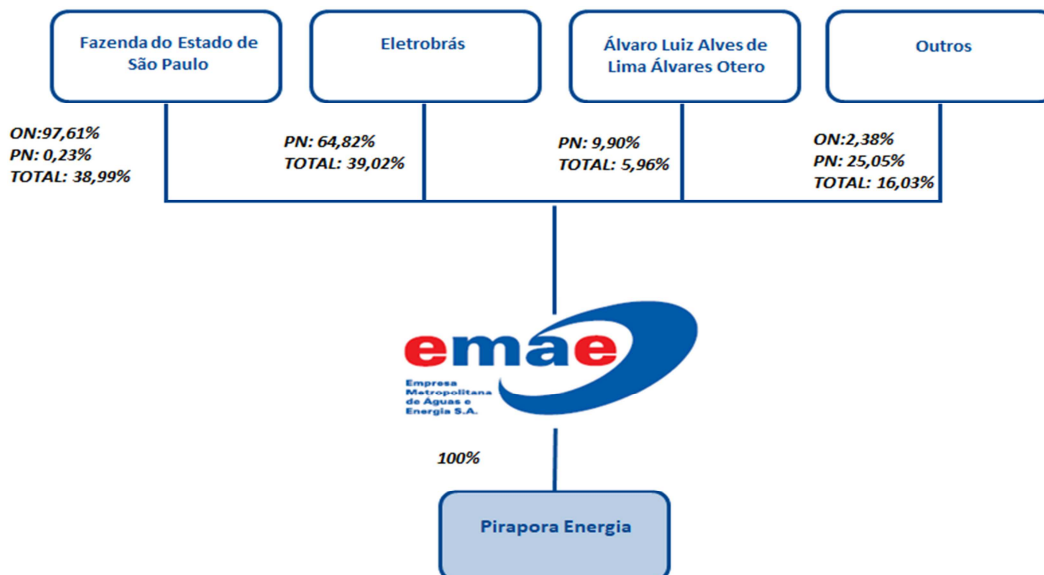
Pesquisa & Desenvolvimento

A EMAE destina 1% de sua receita operacional líquida para o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor Elétrico, atendendo a legislação em vigor. Desse total, 40% é destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 20% à Coordenação de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, 7% à Conta de Desenvolvimento Energético e 33% ao desenvolvimento de projetos de pesquisa pela EMAE.

Durante o exercício, a EMAE concluiu o projeto de solução mecânica automática para retenção e coleta de resíduos sólidos no Sistema Alto-Tietê e iniciou o projeto de soluções alternativas inovadoras para Planos de Ação de Emergência em regiões de alta densidade populacional e edificações verticais, com a Universidade Federal de Uberlândia e empresa associada. Esse projeto visa automatizar técnicas de alerta e aperfeiçoar práticas de evacuação por meio de inovações tecnológicas da engenharia 4.0.

b. Estrutura de Controle

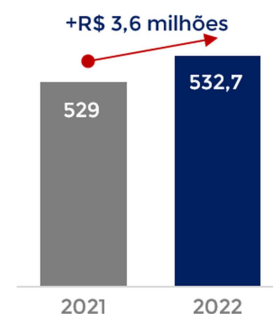
A EMAE é uma empresa de capital aberto com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa Balcão, sob os códigos EMAE3 (ações ordinárias - ON) e EMAE4 (ações preferenciais - PN). O Governo do Estado de São Paulo detém o controle acionário da empresa, com 97,6% das ações ordinárias.



c. Dados Econômico-Financeiros

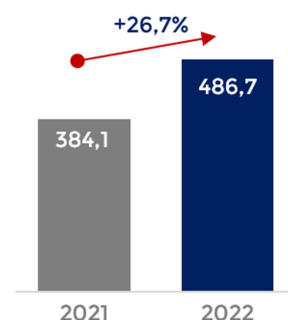
Receita operacional

A Receita Operacional Líquida consolidada em 2022 alcançou R\$ 532,7 milhões, o que representa um aumento de R\$ 3,6 milhões em relação a 2021. Os principais fatores que contribuíram para esse avanço foram o reajuste anual da receita de geração - RAG e da receita proveniente da venda de energia em leilão pela PCH Pirapora, que adicionaram, respectivamente, R\$ 32,1 milhões e R\$ 3,6 milhões em comparação aos valores de 2021. A receita resultante da construção de ativos de concessão foi inferior a 2021 em R\$ 20,7 milhões e a receita proveniente da venda de energia de curto prazo na CCEE teve queda de R\$ 7,9 milhões versus o ano anterior (ver nota explicativa 25.2c).



Custo do serviço de energia elétrica

Os custos dos serviços de energia elétrica registraram um aumento de 26,7% em 2022, totalizando R\$ 486,7 milhões, em comparação aos R\$ 384,1 milhões registrados em 2021. O principal item que apresentou alta no período foi o de despesas com previdência complementar, que aumentou R\$ 34,8 milhões, +109% em relação às mesmas despesas do exercício anterior. Essa elevação é explicada pelo aumento do passivo atuarial do plano PSAP/EMA E, registrado em dezembro de 2021, resultando na elevação do custeio do plano e na necessidade de equacionamentos de déficits técnicos.



Também contribuíram para a elevação dos custos as provisões judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) - ver nota explicativa 18.1 - e os serviços de terceiros e, que variaram, respectivamente, R\$ 22,2 milhões (+80%) e R\$ 18,6 milhões (+38%) em relação aos valores registrados em 2021.

Por outro lado, a redução de R\$ 20,7 milhões dos custos relativos à construção de ativos da concessão contribuiu para amenizar o impacto da elevação citada anteriormente.

Despesas gerais e administrativas

No ano de 2022, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 98,2 milhões, representando um aumento de quase 10% em relação ao reportado no ano anterior. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelo crescimento nos gastos com serviços de terceiros e pela reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa. Por outro lado, as despesas com pessoal apresentaram a variação negativa de 0,3%.

Resultado financeiro

Em 2022, apesar do expressivo aumento de R\$ 30,5 milhões no rendimento das aplicações financeiras, a EMA E teve queda no resultado financeiro total de R\$ 25,6 milhões. A redução líquida se deve, principalmente, à variação monetária do contrato de arrendamento com a

Petrobras que, em 2021, foi beneficiado com uma variação de IGPM de 17,78% frente à variação de 5,45% em 2022. Com isso, o resultado financeiro totalizou R\$ 108,4 milhões, queda de 19,1%.

A otimização do rendimento das aplicações é explicada pela elevação na taxa de juros e pelo desempenho na alocação das disponibilidades, que anteriormente estavam investidas em fundos tradicionais de investimento em renda fixa e migraram para um fundo exclusivo, de menor risco, desenhado para capturar a rentabilidade próxima da taxa SELIC a um custo administrativo baixo.

Lucro líquido

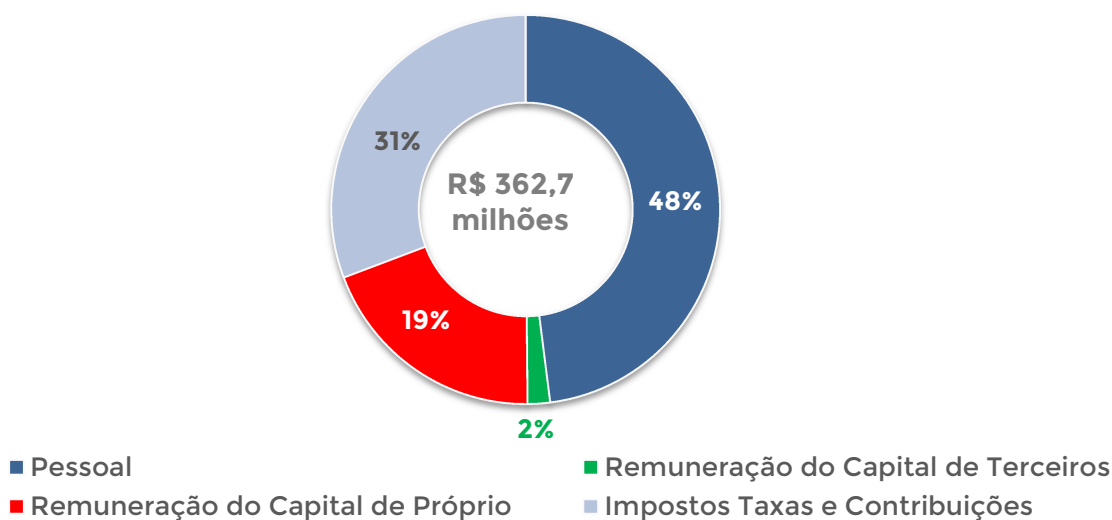
Com os impactos da elevação do custo e a atualização monetária reduzida dos contratos de arrendamento e do ativo financeiro da Sabesp, o lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social atingiu R\$ 78,2 milhões em 2022.

Após o Imposto de Renda e Contribuição Social, a EMAE encerrou o exercício fiscal com lucro líquido de R\$ 68 milhões (13% ROL), queda de 55% frente a 2021.

Caixa Líquido e endividamento

Ao final do exercício social de 2022, a Companhia contava com disponibilidades no valor de R\$ 436,7 milhões, um aumento de 40% em relação aos R\$ 311 milhões registrados em 31 de dezembro de 2021. Além disso, a Companhia não registrou endividamento no período.

Distribuição do Valor Adicionado



Mercado de Capitais

A Companhia possui Capital Social subscrito e integralizado de R\$ 285,4 milhões, posição 31 de dezembro de 2022, representado por 22.241.714 ações preferenciais (EMAEE4) e 14.705.370 ações ordinárias (EMAEE3). Em 2022, havia 30.364 acionistas na base da Companhia.

Remuneração aos acionistas

Em 2022, a EMAE distribuiu aos acionistas remuneração no montante total bruto de R\$ 31,3 milhões, o equivalente a R\$ 0,80 por ação ordinária e R\$ 0,88 por ação preferencial, sendo:

- R\$ 11,4 milhões como saldo do dividendo obrigatório do exercício de 2021, representando o valor líquido de R\$ 0,29 por ação ordinária e R\$ 0,32 por ação preferencial, pagos em 25/05/2022 e;
- R\$ 19,9 milhões na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), representando o valor líquido de R\$ 0,51 por ação ordinária e R\$ 0,56 por ação preferencial, pagos em 30/06/2022. O valor será imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2022, a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2022.

Para aprovação da Assembleia Geral Ordinária prevista para 14 de abril de 2023, a Administração da EMAE propõe:

- i. Constituir Reserva Legal no valor R\$ 3,4 milhões;
- ii. JCP de R\$ 19,9 milhões pagos em junho de 2022;
- iii. realizar a Reserva de Lucros a Realizar no montante de R\$ 7,7 milhões, e
- iv. dividendo adicional de R\$ 44,6 milhões.

d. Desempenho Operacional

Principais Indicadores

	2022	2021	Δ%
OPERACIONAIS			
Potência instalada (MW)	960,8	960,8	-
Energia gerada (MWh)	876.939	784.934	11,7
ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$ milhões)			
Receita Operacional líquida	532,7	529,0	0,7
Custo do serviço de energia elétrica	486,7	384,1	26,7
Despesas gerais e administrativas	98,2	93,3	5,3
Resultado financeiro	108,4	134,0	-19,1
Lucro líquido do exercício	68,0	149,9	-54,6
% ROL	12,8	28,3	
Lucro por ação (R\$)	1,8	4,1	
SOCIAIS			
Número de empregados	413	430	-4,0%
Receita líquida por empregado (R\$ milhões)	1,3	1,2	8,3

EBITDA

A geração de EBITDA foi negativa em R\$ 24,4 milhões, redução de R\$ 86,3 milhões em relação ao resultado positivo de R\$ 61,9 milhões do ano anterior.

	2022	2021	Δ%
Receita operacional líquida	532,7	529,0	0,7%
Custo	-486,7	-384,1	26,7%
Despesas operacionais	-98,2	-93,3	5,3%
Depreciação e amortização	5,8	5,7	1,3%
EBITDA	-24,4	61,9	-139,4
% ROL	-4,6	11,7	

O EBITDA foi impactado principalmente pelo aumento dos custos com previdência complementar e das provisões para contingências trabalhistas.

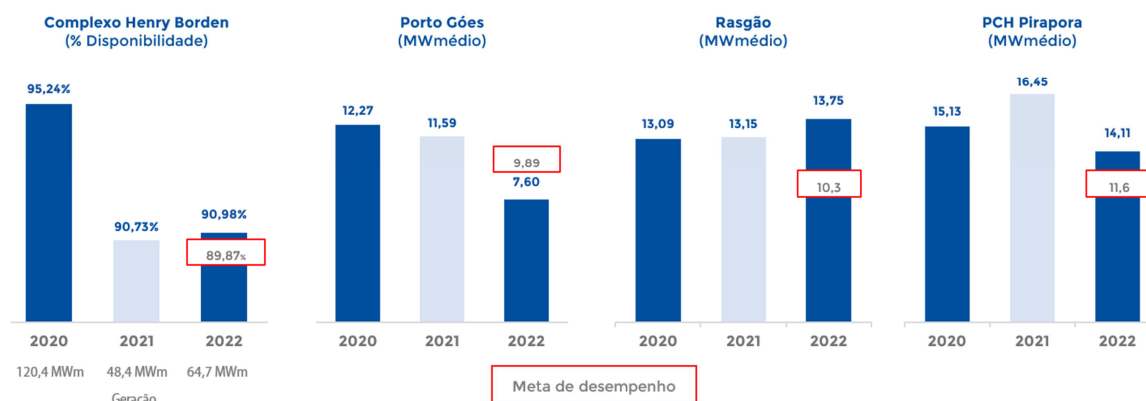
O EBITDA (sigla para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o Lajida/Ebitda de maneira diferente da aqui apresentada.

Padrão de qualidade da geração

A ANEEL avalia a qualidade do serviço prestado pelas usinas hidrelétricas no regime de cotas por meio do indicador de desempenho denominado Ajuste pela Indisponibilidade - Aji. O resultado desse indicador é somado ou subtraído do cálculo do reajuste tarifário em julho de cada ano.

A EMAE atua permanentemente no sentido de manter os indicadores de desempenho de suas usinas dentro dos parâmetros regulatórios e teve sucesso em atender integralmente aos padrões estabelecidos pela ANEEL para as hidrelétricas Henry Borden e Rasgão. Porém, a produção da UHE Porto Góes foi afetada pela parada para manutenções de duas unidades.

A produção de energia elétrica pela PCH Pirapora, em 2022, foi de 123.569,291 MWh, que correspondem a 14,11 MW médios no ano. Embora, cerca de 14% inferior à geração verificada em 2021, essa produção superou a geração mínima estabelecida pela ANEEL para o ano que é de 11,60MW médios.



Governança, Gestão de Riscos e Conformidade

A EMAE tem reforçado seu compromisso com a evolução de suas práticas de governança, riscos e conformidade (GRC) e, no decorrer de 2022, atualizou suas Políticas de Gestão de Riscos, Transações com Partes Relacionadas, Segurança da Informação e Indicação.

Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa da EMAE está pautado em princípios éticos, centrados na integridade e responsabilidade na tomada de decisões, com o foco na criação de valor para todos os públicos com os quais a Companhia se relaciona. Como sociedade anônima de capital aberto, a EMAE tem na Assembleia Geral de acionistas sua instância máxima de deliberação que conta com o apoio consultivo do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável pela supervisão do processo de indicação e avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais.

O Conselho de Administração tem, entre suas principais atribuições, a orientação superior, o direcionamento estratégico da Companhia e o acompanhamento dos negócios, assim como dos atos da Diretoria. O órgão é composto por 11 membros, sendo dois independentes, um eleito pelos acionistas preferencialistas, um representante dos empregados e o diretor presidente da companhia. Conta com o apoio técnico do Comitê de Auditoria Estatutário, composto por 5 membros, coordenado por um membro do Conselho de Administração e que, além de outras funções, zela pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade e supervisiona a elaboração das demonstrações financeiras, os controles internos e a auditoria interna.

A EMAE possui um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, eleito anualmente pela Assembleia Geral. Ao final de 2022, o Conselho Fiscal era composto por cinco membros efetivos, sendo um eleito pelos preferencialistas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela execução dos negócios e da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. É composta por quatro membros: Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor de Geração.

Além de seu Estatuto Social, políticas, códigos e práticas estabelecem regras e princípios que zelam pela boa governança corporativa da Companhia, como as Políticas de Segurança e Saúde, de Divulgação de Informação Relevante, de Distribuição de Dividendos e de Transações com Partes Relacionadas, além do Código de Conduta e Integridade. Todas as políticas estão disponíveis em: <https://ri.emae.com.br>.

Gestão de Riscos

A Companhia conta com uma área de gestão de riscos integrante do Departamento de Conformidade e com um Comitê, composto por todos os diretores, com a função de assessorar o Conselho de Administração. O Comitê avalia, monitora e faz recomendações para aprimorar o processo de acompanhamento e controle de riscos da Empresa, fundamentado nas diretrizes estratégicas e no perfil de risco da EMAE.

Sistema de Controles Internos

A EMAE estabelece as diretrizes para a realização de seus processos por meio de documentos de governança e gestão. Esses documentos explicitam os valores, as competências e a alçada necessários para a execução das atividades, além de padronizar e estabelecer as regras para sua execução.

O controle das atividades da Empresa é realizado por meio de sistemas integrados de gestão empresarial (ERP), ferramentas parametrizadas para refletir as regras do negócio estabelecidas nos documentos de gestão e governança. Esses sistemas determinam as segregações de funções e níveis de aprovações, orçamento previsto e realizado, previsões de dispêndio e fluxo de caixa. Isso possibilita a manutenção do controle dos ciclos econômico, operacional e financeiro da EMAE, com um grau adequado de confiabilidade e a aplicação correta das normas contábeis dos órgãos reguladores, CVM e ANEEL.

Para avaliar e aprimorar os processos e controles internos existentes, bem como estabelecer novas rotinas para reduzir prazos, aumentar a precisão e a confiabilidade das informações e mitigar riscos, a Companhia conta com o Departamento de Auditoria Interna.

Em 2022, em linha com a busca contínua pela melhoria da transparência, equidade da informação, prestação de contas e responsabilidade, foram revisados o Programa de Integridade e o Código de Conduta e Integridade. A quinta versão do Código, aprovada na 404ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 25/10/2022, é um orientador de conduta inspirado por princípios éticos. Ele define os conceitos que norteiam as ações e os compromissos de conduta institucionais nas interações da EMAE, suas subsidiárias, seus colaboradores e todos que atuam em seu nome.

A Companhia mantém firme posicionamento em relação às práticas de conformidade e integridade, considerando o ponto de vista de conformidade em todas as tomadas de decisões. Isso é importante para manter os altos padrões éticos da EMAE e garantir a confiabilidade e integridade de seus processos.

Segurança das Barragens

Como parte de sua estrutura operacional, a EMAE é responsável pelo controle de um sistema hidráulico composto por 20 estruturas que compreendem barragens, diques e sangradouros/vertedouros.

A EMAE realiza também inspeções semestrais de segurança das barragens, antes e depois do período chuvoso e Revisões Periódicas de Segurança (RPSs), conforme exigências legais. O objetivo das RPSs é obter um diagnóstico detalhado do estado geral de segurança das estruturas, bem como atualizar as informações hidrológicas das bacias hidrográficas, dos critérios de projeto e das condições de uso e ocupação do solo do lado da água represada e à frente da barragem.

Em 2022, a EMAE seguiu com os trabalhos de reavaliação estrutural nas barragens de Guarapiranga e Rasgão (SP) e iniciou o cadastramento da população à jusante das cidades de Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus e Cabreúva (SP).

Planos de Ação de Emergência - PAE

A EMAE reconhece a importância da prevenção, informação e cooperação na criação de uma cultura de segurança na região em torno de suas usinas. Nesse sentido, a empresa mantém Planos de Ação de Emergência (PAEs) para suas barragens e outras estruturas, em conformidade com a Política Nacional de Segurança de Barragens. Esses planos incluem procedimentos de notificação e alerta, mapas de inundação, sinalização de rotas de fuga e um fluxograma de notificação em caso de emergência.

Todos os PAEs foram revisados e, ao longo do ano, a EMAE interagiu com as prefeituras municipais nas áreas onde atua. A Companhia presta apoio aos órgãos municipais na elaboração de seus Planos de Contingência e tem colaborado com essas prefeituras fornecendo placas de sinalização para identificação de rotas de fuga e pontos de encontro nas Zonas de Autossalvamento.

A EMAE já apresentou o projeto para representantes das Defesas Civas de municípios do Estado de São Paulo como São Bernardo do Campo, São Paulo, Cubatão, Salto, Araçariguama, Carapicuíba, Osasco e Barueri.

Conformidade - Comitê de Privacidade

A fim de cumprir as exigências previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a EMAE estabeleceu, em 2021, o Comitê de Privacidade, composto por representantes de todas as diretorias. O Comitê tem como função monitorar o tratamento dado pela Companhia aos dados pessoais, assegurando que estejam em conformidade às normas estabelecidas pela LGPD.

Audidores Independentes - Resolução CVM 162/22

A Companhia conta com os serviços de auditoria externa que desde junho de 2021, são prestados pela empresa Russel Bedford Brasil Auditores Independentes S/S. Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, a empresa contratada não prestou outros serviços além daqueles relacionados aos exames das demonstrações financeiras e contábeis regulatórias da EMAE e de sua subsidiária integral Pirapora Energia S.A..

e. Composição e Remuneração da Administração

Composição do Conselho de Administração

Integram o Conselho de Administração, ao final de 2022:

Nome	Cargo
Luiz Carlos Lustre	Presidente do Conselho
Eduardo de Freitas Teixeira	Conselheiro independente
Theodoro de Almeida Pupo Jr.	Conselheiro Independente
Marcio Rea	Estatutário - Diretor Presidente da Companhia
Rui de Brito Alvares Affonso	Conselheiro eleito por Controlador
Paulo Ferreira	Conselheiro eleito por Controlador

Sergio Ricardo Ciavolih Mota	Conselheiro eleito por Controlador
Rita Joyanovic	Conselheira eleita por Controlador
Zevi Kann	Conselheiro eleito por Controlador
Roberto Brigido do Nascimento	Conselheiro representante dos acionistas preferencialistas
Douglas Tadeu Llambias Caetano	Conselheiro representante dos empregados

Composição da Diretoria

A Diretoria Executiva da Companhia (Diretoria) é composta por um Diretor-Presidente e três diretores, que exercem suas atribuições de acordo com o determinado pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno da Diretoria. Seus membros são eleitos pelo Conselho de Administração, para mandato de dois anos, permitidas no máximo três reconduções consecutivas. Durante o exercício social de 2022, a Diretoria Executiva realizou 53 reuniões. Ao final de 2022, a composição da Diretoria da EMAE era a seguinte:

Nome	Cargo
Marcio Rea	Diretor-Presidente
Pablo Andrés Fernández Uhart	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Paulo Ernesto Strazzi	Diretor Administrativo
Itamar Rodrigues	Diretor de Geração

Remuneração

A remuneração dos Administradores da EMAE, membros do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal é estabelecida de acordo com as diretrizes da Fazenda do Estado de São Paulo, acionista controlador da Companhia, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC), e aprovada em Assembleia Geral.

Estabelecida a remuneração dos diretores, a remuneração dos conselheiros é fixada em percentuais sobre a remuneração desses diretores, sendo 30% para membros do Conselho de Administração e 20% para membros do Conselho Fiscal. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é fixada por meio de deliberação do CODEC.

Os diretores têm sua remuneração composta de honorários, bônus, abono anual (equivalente ao 13º salário), adicional de 1/3 sobre os honorários a título de férias e benefícios.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal têm a remuneração composta de honorários e gratificação anual. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 41 do Estatuto, a remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral e, nos casos em que os integrantes de Comitês também sejam membros do Conselho de Administração, não será cumulativa.

Para o ano de 2022, o valor total da remuneração dos administradores aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, considerando os benefícios e encargos legais, foi de R\$ 3,3 milhões, incluindo a remuneração variável dos diretores.

Avaliação dos Administradores

Anualmente, o desempenho dos Administradores é avaliado considerando: (i) a exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; (ii) a contribuição para o resultado do exercício; (iii) a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo; (iv) os aspectos sobre as demonstrações financeiras; (v) o funcionamento do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria; (vi) a interação com o Conselho de Administração; (vii) o conhecimento técnico e da Companhia, e (viii) a auto avaliação individual.

O resultado da avaliação realizada em 2022 classificou que a atuação - colegiada ou individual - dos Administradores atendeu às expectativas legais e estatutárias.

f. Responsabilidade Ambiental

A EMAE incorpora a preservação do meio ambiente em todas as suas operações e projetos. Uma das práticas adotadas pela empresa é o gerenciamento de resíduos, que inclui tanto os detritos que chegam às suas estruturas e reservatórios quanto o lixo gerado em seus escritórios. Os resíduos são recolhidos e encaminhados para o descarte adequado, sendo destinados para reciclagem por cooperativas, processos de compostagem ou aterros sanitários oficiais, dependendo de suas características.

Além disso, a remoção de detritos e vegetação flutuante contribui para a melhoria das instalações no médio Tietê e rio Pinheiros, reduzindo o volume que se acumularia nos equipamentos das estruturas, incluindo as usinas elevatórias. A EMAE também possui barreiras flutuantes nas desembocaduras de todos os córregos que chegam ao rio Pinheiros, o que retém grande volume de detritos antes de chegar ao rio, evitando sua dispersão ao longo do espelho d'água. Os resíduos retidos nas barreiras são removidos com o uso de conjuntos escavo-barcaças.

A EMAE é parceira do projeto Pomar Urbano em colaboração com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), visando a promoção da recuperação ambiental e paisagística das margens do rio Pinheiros. O projeto é voltado para o plantio de espécies nativas da Mata Atlântica no entorno do rio.

A companhia também participa em conjunto com a SEMIL, na implantação do Parque "Bruno Covas", com extensão de aproximadamente 17 km, que integra o projeto Novo Rio Pinheiros. A iniciativa possibilitará a construção de nova área de lazer com extensão de 8,2 km, interligando outros parques públicos da região. O parque conta com nova ciclovia, pista de caminhada, espaços para exercícios físicos, alimentação e estacionamentos, sem produzir ônus, vínculo ou receita para a Companhia.

Em 2022, a EMAE manteve seu compromisso com o meio ambiente, realizando práticas sustentáveis, como o gerenciamento responsável de resíduos e a remoção de detritos e vegetação flutuante. Além disso, a empresa continuou sendo uma importante parceira de projetos socioambientais relevantes, comprovando sua atenção à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida da população.

III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

ATIVO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	421.891	299.308	436.741	311.072
Revendedores.....	5	41.229	36.492	46.173	40.946
Ativo financeiro indenizável.....	11	12.394	9.064	12.394	9.064
IR e CSLL a recuperar.....		808	3.954	415	3.591
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		256	626	256	626
Estoque.....		1.842	1.847	1.842	1.847
Despesas antecipadas.....		3.919	659	3.919	917
Arrendamento UTE Piratininga.....	6	139.937	132.732	139.937	132.732
Ativo financeiro - Sabesp.....	23.1	8.323	7.868	8.323	7.868
Cauções e depósitos vinculados.....	9	612	12.110	612	12.110
Ativo não circulante mantido para venda.....	10	238.228	-	238.228	-
Outros créditos.....	7	2.231	3.786	1.601	3.440
		871.670	508.446	890.441	524.213
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Arrendamento UTE Piratininga.....	6	127.936	232.290	127.936	232.290
Ativo financeiro - Sabesp.....	23.1	86.250	83.580	86.250	83.580
Imposto de renda e contribuição social diferidos..	8.2	18.687	124.665	18.687	124.665
Cauções e depósitos vinculados.....	9	45.023	32.040	45.023	32.040
Ativo financeiro indenizável.....	11	257.496	202.073	257.496	202.073
Ativo reversível da concessão.....	12	195.374	195.374	195.374	195.374
Investimentos.....	13	293.186	164.186	130.762	1.392
Imobilizado.....	14	80.575	78.763	224.786	226.232
Intangível.....		13.819	10.547	13.930	10.738
		1.118.346	1.123.518	1.100.244	1.108.384
TOTAL DO ATIVO.....		1.990.016	1.631.964	1.990.685	1.632.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores.....		9.633	6.225	10.124	6.713
Folha de pagamento.....	16	3.783	4.724	3.783	4.724
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	16	16.500	12.335	16.500	12.335
Benefícios pós-emprego, previdência complementar....	17	37.457	56.890	37.457	56.890
Tributos e contribuições sociais.....		7.182	6.573	7.353	6.711
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	24.7	10.532	9.138	10.532	9.138
Cauções e depósitos vinculados.....		-	11.639	-	11.639
Encargos de uso da rede elétrica.....		180	171	180	171
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	20	12.394	9.064	12.394	9.064
Outras obrigações - Comgás.....	21	626	502	626	502
Obrigações Especiais - RGR.....	19	1.801	1.801	1.801	1.801
Obrigações Setoriais.....		899	2.647	906	2.654
Outros passivos.....	22	5.093	6.836	5.093	6.836
		<u>106.080</u>	<u>128.545</u>	<u>106.749</u>	<u>129.178</u>
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo					
Benefícios pós-emprego, previdência complementar....	17	262.035	395.592	262.035	395.592
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	18.1	120.533	77.853	120.533	77.853
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	20	359.167	274.347	359.167	274.347
Outras obrigações - Comgás.....	21	11.851	9.924	11.851	9.924
Obrigações Especiais - RGR.....	19	5.399	7.200	5.399	7.200
Obrigações Setoriais.....		769	769	769	769
		<u>759.754</u>	<u>765.685</u>	<u>759.754</u>	<u>765.685</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....	24	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital.....		387.130	387.130	387.130	387.130
Outros resultados abrangentes.....	24.6	91.510	(259.534)	91.510	(259.534)
Reservas de lucros.....		315.491	319.867	315.491	319.867
Dividendo adicional proposto.....		44.640	4.860	44.640	4.860
		<u>1.124.182</u>	<u>737.734</u>	<u>1.124.182</u>	<u>737.734</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		<u>1.990.016</u>	<u>1.631.964</u>	<u>1.990.685</u>	<u>1.632.597</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - DRE

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto lucro por ação.

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA.....	25	491.341	483.712	532.685	529.024
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	26	(470.277)	(369.291)	(486.664)	(384.112)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....		21.064	114.421	46.021	144.912
Receitas/Despesas Operacionais					
Despesas gerais e administrativas.....	26	(98.221)	(93.195)	(98.221)	(93.290)
Outras receitas e (despesas).....	26	21.974	4.509	21.974	4.509
Equivalência Patrimonial em controlada.....		25.092	27.936	-	-
		(51.155)	(60.750)	(76.247)	(88.781)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....		(30.091)	53.671	(30.226)	56.131
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas.....	27	53.870	30.827	56.043	31.684
Despesas.....	27	(765)	(909)	(766)	(2.510)
Variações monetárias líquidas.....	27	53.135	104.825	53.135	104.825
		106.240	134.743	108.412	133.999
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		76.149	188.414	78.186	190.130
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes.....	8.1/8.2	(82.996)	(77.291)	(85.033)	(79.007)
Diferidos.....	8.1/8.2	74.862	38.795	74.862	38.795
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	24.2	68.015	149.918	68.015	149.918
LUCRO ATRIBUÍVEL A:.....					
Acionistas controladores e não controladores.....		68.015	149.918	68.015	149.918
LUCRO BÁSICO POR:.....					
Ação preferencial.....	24.2	R\$ 1,90999	R\$ 4,20997	R\$ 1,90999	R\$ 4,20997
Ação ordinária.....	24.2	R\$ 1,73635	R\$ 3,82725	R\$ 1,73635	R\$ 3,82725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Valores em milhares de reais (R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício.....	68.015	149.918
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado.....		
Ajuste de elementos do Ativo.....	368.965	-
Ajuste de elementos do Passivo.....	162.920	(111.229)
Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	(180.841)	37.818
Total do resultado abrangente do exercício.....	419.059	76.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		OUTROS RESULTADOS		RESERVAS DE LUCRO				DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	INCENTIVOS FISCAIS	ABRANGENTES		RESERVA LEGAL	RESERVA DE RECOMPOSIÇÃO DE ATIVOS	RESERVA PARA CONTINGÊNCIA	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR			
				AJUSTES DE ELEMENTOS DO ATIVO	AJUSTES DE ELEMENTOS DO PASSIVO							
Saldos em 1 de janeiro de 2021.....	285.411	383.618	3.512	-	(186.123)	30.884	144.076	-	43.135	14.000	-	718.513
Aprovação de dividendo adicional proposto - ano calendário 2020..	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.000)	-	(14.000)
Perdas atuariais líquidas do efeito tributário.....	-	-	-	-	(73.411)	-	-	-	-	-	-	(73.411)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	149.918	149.918
Constituição de reserva legal.....	-	-	-	-	-	7.496	-	-	-	-	(7.496)	-
Dividendos (JCP).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.171)	(36.171)
Constituição de reserva para contingência.....	-	-	-	-	-	-	-	101.391	-	-	(101.391)	-
Dividendo adicional proposto.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.860	(4.860)	-
Realização de reserva de lucros a realizar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.115)	-	-	(7.115)
Saldos em 31 de dezembro de 2021.....	285.411	383.618	3.512	-	(259.534)	38.380	144.076	101.391	36.020	4.860	-	737.734
Aprovação de dividendo adicional proposto - ano calendário 2021...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.860)	-	(4.860)
Ajustes de elementos do ativo	-	-	-	243.517	-	-	-	-	-	-	-	243.517
Ganhos atuariais líquidos do efeito tributário.....	-	-	-	-	107.527	-	-	-	-	-	-	107.527
Dividendos - JCP (Nota 24.3).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.974)	(19.974)
Lucro líquido do exercício (Nota 24.3).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.015	68.015
Constituição de reserva legal (Nota 24.3).....	-	-	-	-	-	3.401	-	-	-	-	(3.401)	-
Dividendo adicional proposto (Nota 24.3).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.640	(44.640)	-
Realização de reserva de lucros a realizar (Nota 24.3).....	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.777)	-	-	(7.777)
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	285.411	383.618	3.512	243.517	(152.007)	41.781	144.076	101.391	28.243	44.640	-	1.124.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores em milhares de reais (R\$)

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA (método indireto)

Valores em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Atividades operacionais				
Resultado do exercício.....	68.015	149.918	68.015	149.918
Resultado de equivalência patrimonial.....	(25.092)	(27.936)	-	-
Depreciação/ amortização.....	1.567	1.490	5.824	5.746
Indenizações - desapropriações.....	(2.048)	(10.953)	(2.048)	(10.953)
Despesa de entidade de plano de previdência.....	66.501	31.744	66.501	31.744
Perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	478	807	504	807
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	49.961	27.796	49.961	27.796
Tributos diretos.....	11	35.235	1.592	36.500
Apropriação Comgás.....	(560)	(486)	(560)	(486)
Juros e encargos sobre financiamento.....	-	-	-	1.600
Ganho alienação de bens e direitos.....	(11.352)	(295)	(11.352)	(295)
Provisão - Investimentos na Concessão.....	98.693	85.233	98.693	85.233
Atualização depósitos vinculados.....	(38)	(896)	(38)	(896)
Baixas.....	23	1.683	23	1.683
Permuta de imóveis - líquida de encargos.....	(9.835)	-	(9.835)	-
Juros e variações monetárias acordo Sabesp.....	(12.088)	(15.396)	(12.088)	(15.396)
Juros e variações monetárias do arrendamento UTP Piratininga.....	(55.251)	(106.561)	(55.251)	(106.561)
Variações nos ativos e passivos				
Revendedores.....	(4.737)	34	(5.227)	(141)
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	370	145	370	145
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	1.326	3.321	1.356	3.587
Estoques.....	5	18	5	18
Despesas antecipadas.....	(3.260)	3.784	(3.002)	3.633
Cauções e depósitos vinculados.....	(9.371)	(6.176)	(9.371)	(3.459)
Sabesp.....	8.963	19.209	8.963	19.209
Outros créditos.....	1.077	(632)	1.335	(632)
Fornecedores.....	3.408	2.033	3.411	2.057
Folha de pagamento.....	(941)	131	(941)	131
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	4.165	(3.647)	4.165	(3.647)
Contribuições para plano de previdência.....	(56.572)	(30.241)	(56.572)	(30.241)
Tributos e contribuições sociais.....	609	1.011	642	993
Obrigações setoriais.....	(1.748)	(1.830)	(1.748)	(1.836)
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(7.281)	(15.234)	(7.281)	(15.234)
Encargos de uso da rede elétrica.....	9	(25)	9	(25)
Depósitos vinculados.....	-	351	-	351
Obrigações Comgás.....	2.611	438	2.611	438
Obrigações especiais - RGR.....	(1.801)	(1.800)	(1.801)	(1.800)
Outros.....	(1.743)	(3.235)	(1.743)	(3.235)
	104.074	139.038	135.122	176.752
Juros e encargos de financiamento pagos.....	-	-	-	(1.784)
Dividendos recebidos.....	25.462	28.870	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(74.872)	(74.030)	(76.453)	(75.295)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	54.664	93.878	58.669	99.673
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado.....	(1.340)	(1.122)	(2.259)	(3.988)
Ativos financeiros indenizáveis.....	(69.296)	(99.667)	(69.296)	(99.667)
Aquisição de intangível.....	(3.960)	(3.503)	(3.960)	(3.503)
Indenizações - desapropriações.....	2.048	10.959	2.048	10.959
Torna - permuta de imóveis - líquida de encargos.....	9.835	-	9.835	-
Recebimento de arrendamento financeiro.....	152.400	137.640	152.400	137.640
Recebimento da venda de ativo imobilizado.....	11.352	295	11.352	295
Integralização de capital em controlada.....	-	(64.000)	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	101.039	(19.398)	100.120	41.736
Atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos.....	(29.565)	(282.874)	(29.565)	(282.874)
Pagamento óleo combustível.....	(3.555)	-	(3.555)	-
Financiamento.....	-	-	-	(66.177)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(33.120)	(282.874)	(33.120)	(349.051)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	122.583	(208.394)	125.669	(207.642)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	299.308	507.702	311.072	518.714
Caixa e equivalentes de caixa no final do período.....	421.891	299.308	436.741	311.072
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	122.583	(208.394)	125.669	(207.642)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Receitas operacionais.....	488.313	456.293	531.223	503.322
Outras receitas.....	21.974	4.509	21.974	4.509
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	(368)	3.915	(368)	3.915
Receitas relativas à construção de ativos próprios e da concessão...	73.384	93.438	74.303	96.278
	583.303	558.155	627.132	608.024
Menos:				
Insumos				
GSF (Garantia física).....	-	-	2.007	1.823
Encargos de uso da rede elétrica.....	45.300	45.601	45.676	45.908
Serviços de terceiros.....	113.179	118.284	118.159	124.056
Materiais.....	54.900	46.066	55.485	47.095
Provisão - Investimentos na Concessão.....	98.693	85.232	98.693	85.232
Outros custos operacionais.....	47.291	12.128	47.727	12.455
	359.363	307.311	367.747	316.569
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	223.940	250.844	259.385	291.455
DEPRECIAÇÃO/ AMORTIZAÇÃO.....	(1.567)	(1.490)	(5.823)	(5.746)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	222.373	249.354	253.562	285.709
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras.....	53.870	30.827	56.043	31.684
Equivalência Patrimonial.....	25.092	27.936	-	-
Variações monetárias líquidas.....	53.135	104.825	53.135	104.825
	132.097	163.588	109.178	136.509
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	354.470	412.942	362.740	422.218
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	101.281	89.464	104.845	92.693
Entidade de previdência à empregados - Contribuição ao plano.....	66.501	31.744	66.501	31.744
F.G.T.S.....	5.011	4.820	5.237	5.024
	172.793	126.028	176.583	129.461
Impostos, taxas e contribuições:				
Encargos setoriais:				
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	4.418	3.409	4.418	3.409
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	1.500	1.397	1.586	1.479
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	4.189	3.916	4.189	3.916
	10.107	8.722	10.193	8.804
Federais:				
Imposto de renda e contribuição social.....	8.134	38.496	10.171	40.212
COFINS/PIS.....	60.219	56.788	61.785	58.505
INSS.....	18.209	17.255	18.999	17.970
	86.562	112.539	90.955	116.687
Municipais:				
ISS.....	649	691	649	691
IPTU.....	9.486	8.415	9.486	8.415
	10.135	9.106	10.135	9.106
	106.804	130.367	111.283	134.597
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e encargos de dívidas.....	765	909	766	2.510
Aluguéis.....	6.093	5.720	6.093	5.732
	6.858	6.629	6.859	8.242
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos / Juros sobre o capital próprio.....	19.974	36.171	19.974	36.171
Lucros retidos.....	48.041	113.747	48.041	113.747
Lucro líquido do exercício.....	68.015	149.918	68.015	149.918
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	354.470	412.942	362.740	422.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS

Nesta seção são apresentadas as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Fazenda do Estado de São Paulo, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia. Em relação às ações preferenciais, merece destaque a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A que em 31 de dezembro de 2022 detém 64,82% das ações PN.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção e a comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Usinas Hidrelétricas em Regime de Cotas

A EMAE opera o complexo hidroenergético Henry Borden, que compreende as estruturas do canal Pinheiros, os reservatórios e respectivos barramentos e estruturas de controle e vertimento, Guarapiranga, Billings e Rio das Pedras, na Região Metropolitana de São Paulo e a usina hidrelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e as usinas hidrelétricas - UHEs Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMAE celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência dessas usinas da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo cada usina remunerada por Receita Anual de Geração (RAG) e submetida aos padrões de qualidade.

A RAG é calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a remuneração e os custos de operação, manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos. Na

revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a considerar também os investimentos em melhorias dos ativos da concessão de cada usina.

Além disso, para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência.

Em 12 de julho de 2022 foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.068, que homologou as Receitas Anuais de Geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2022-2023 nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência de 1º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023 (Nota 30 c).

PCH Pirapora

A Pirapora Energia S.A., uma subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico criada para construir e operar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pirapora. Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24 de junho de 2008, alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972, de 14 de dezembro de 2021, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2044. A PCH possui duas unidades geradoras que totalizam 25 MW de potência instalada, com 17 MW de garantia física.

Em 2010, a empresa comercializou 16 MW no leilão ANEEL nº 03/2010, resultando em Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) com 27 distribuidoras. O período de suprimento iniciou em 01 de janeiro de 2015 e terminará em 31 de dezembro de 2044, e o valor de venda é atualizado pela variação do IPCA na data base de reajuste de cada distribuidora.

De acordo com a autorização, ao final do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União mediante indenização ou a autorizada poderá ser obrigada a restabelecer, por conta própria, o livre escoamento das águas.

Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) que a opera em conjunto com a usina Fernando Gasparian, construída pela Petrobras em área da EMAE, aumentando a eficiência de ambas. O contrato tem prazo de 17 anos e, na ocasião, foi firmado também um contrato de serviços de operação e manutenção da usina Piratininga pela EMAE.

A usina arrendada possui quatro unidades geradoras sendo que apenas duas estão em atividade, integradas à operação em ciclo combinado, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desde 7 de agosto de 2017.

Expansão de Geração de Energia Elétrica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

a. Hidrelétrica

O contrato de concessão da UHE Edgard de Souza expirou em 2018, e a Portaria nº 313, de 30 de junho de 2018, dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão dessa UHE, permitindo que a EMAE tenha livre disponibilização dos mesmos.

Considerando o Inventário de Aproveitamentos Hidrelétricos da cascata do rio Tietê, a EMAE iniciou tratativas com o Poder Concedente e registrou seu interesse no aproveitamento hidroenergético Edgard Souza, o que foi homologado em abril de 2019.

Em novembro de 2022, a companhia obteve o DRS, Despacho de Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo, considerando potência a ser instalada de 18MW o que permite a busca do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos para o projeto de motorização da estrutura.

b. Fotovoltaica Flutuante

A partir de Chamadas Públicas, em 2020 e 2021, a EMAE estabeleceu consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 160 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

A potencial receita dessa iniciativa se dará por meio de participação da EMAE em futuras SPEs que explorarão comercialmente centrais flutuantes de geração de energia elétrica que serão conectadas à rede de distribuição de energia na modalidade de geração distribuída.

Nesse modelo, o aporte do direito de uso da superfície do reservatório dará, para a EMAE, aproximadamente 5% de participação no capital das SPEs, tendo a companhia a opção de aumentar sua participação até 49% através de aportes financeiros. Os parceiros serão responsáveis pelo CAPEX e pela operação dos futuros empreendimentos.

c. Fonte Térmica

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP” com capacidade de até 2,5 GW em ciclo combinado.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Visando a estruturação e implantação do empreendimento, a EMAE firmou parceria, através da Chamada Pública 01/2015, com o Consórcio GASEN que foi sucedido, em 2022, pela empresa EDGE S.A..

Aproveitamento do Patrimônio Imobiliário

a. Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

A EMAE concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$ 280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

O período de recebimento da parcela referente à outorga fixa está previsto de jan/2024 a dez/2044 e o referente à outorga variável será de acordo com os seguintes percentuais calculados sobre o faturamento bruto do projeto: 4% (de dez/2022 a nov/2025), 6% (de dez/2025 a nov/2028), 8% (de dez/2028 até o fim do contrato).

Impactos do Covid -19 na Companhia

Em razão do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ número 02/2020, emitido em 10 de março de 2020, a Companhia considerou os possíveis impactos em seus negócios decorrentes da pandemia causada pelo Covid-19 e não identificou efeitos econômicos para registro contábil em suas demonstrações financeiras em 2022.

Ofício Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP

Em atendimento ao Ofício Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, informamos que a decisão do Supremo Tribunal Federal, de 8 de fevereiro de 2023, que alterou o entendimento da corte em questões tributárias transitadas em julgado, não afeta as demonstrações financeiras ou a destinação do resultado EMAE.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 10 de março de 2023. Em seguida foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterá-las.

2.2 Moeda Funcional e Base de Apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.14 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Nota 6 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 7 - Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 8 - Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 11 - Apuração do ativo financeiro indenizável;
- Nota 12 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 13 - Investimentos
- Nota 14 - Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment
- Nota 17 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar;
- Nota 18.1 - Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 20 - Outras Obrigações - Investimentos na concessão;
- Nota 29 - Instrumentos financeiros.

2.4 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo líquido de benefício definido do plano de previdência a empregados, é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na Nota 17; e propriedades

para investimento reconhecidas a valor justo a partir destas Demonstrações Financeiras conforme nota explicativa nº 13.

2.5 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.7 Informações por Segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

2.8 Alteração na prática contábil

A partir de 30 de setembro de 2022 a Companhia passou a reconhecer seus ativos classificados no subgrupo Propriedades para Investimento ao seu valor justo. Tal prática é permitida e incentivada conforme descrito no item 32 do CPC 28 - Propriedades para investimento.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Receita operacional

As fontes de receita operacional da Companhia e sua controlada referem-se a:

Regime de cotas

A Receita Anual de Geração (RAG) das usinas objeto do segundo termo aditivo ao contrato de concessão remuneram os serviços de operação e manutenção, os investimentos realizados, investimentos a realizar e os encargos setoriais. A RAG relativa aos serviços de operação e manutenção e aos encargos setoriais é reconhecida mensalmente no resultado à

razão de 1/12 avos, de forma a permitir sua confrontação com os custos e despesas dos serviços de operação e manutenção e dos encargos realizados no mesmo período. O recebimento dessas cotas ocorre em bases mensais na mesma proporção da receita reconhecida.

Renda da prestação de serviços

A Companhia possui contratos de prestação de serviços:

- Operação da UTE Piratininga;
- Operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.

A Companhia reconhece a receita à medida que os serviços contratados são realizados.

Receitas relativas à construção de ativos da Concessão

A proposta adotada pela ANEEL na revisão periódica de 2018 incluiu na Receita, parcela destinada à implantação de melhorias (GAG melhorias), com o objetivo de aumentar os níveis de qualidade do serviço e, portanto priorizar a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Essa parcela está associada ao atendimento dos índices de qualidade exigidos no Contrato de Concessão e no seu valor estão compreendidas a troca e modernização de todos os equipamentos hidráulicos e eletromecânicos, bem como os custos de investimentos relativos a dispêndios socioambientais e de demandas da Administração, até o final da concessão.

Os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta "Outras Obrigações - Investimentos na Concessão", de acordo com o critério previsto no item 21 da ICPC 01 - Contratos de Concessão, com base em estimativa dos investimentos necessários e prudentes elaborada pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

3.2 Receitas e despesas Financeiras

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos. As variações monetárias são apropriadas ao resultado de acordo com a variação dos índices de atualização monetária no período de competência.

3.3 Previdência a Empregados

A) Benefícios de curto prazo a colaboradores

As despesas com benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas no resultado, na rubrica de entidade de previdência a empregados, à medida que o serviço correspondente é prestado.

B) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuição ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado, na rubrica Entidade de previdência a empregados.

C) Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício, o qual é apresentado pelo valor líquido de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado por atuário qualificado.

Mensurações da obrigação líquida de benefício definido que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

3.4 Tributos e encargos setoriais sobre vendas e serviços

Os principais tributos que incidem sobre as receitas de vendas e serviços são os seguintes:

Imposto Sobre Serviços (ISS) - de 2% até 5%, incidentes sobre serviços de qualquer natureza;

Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para cotas de energia elétrica, RAG e sobre a prestação de serviços;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60% sobre as cotas de energia elétrica, RAG e sobre a prestação de serviços;

P&D - Programa de pesquisa e desenvolvimento - corresponde a 1% da receita operacional líquida de geração, conforme determinação da ANEEL.

Esses tributos e encargos são deduzidos das receitas de vendas e serviços, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas na demonstração do resultado.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são registrados no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos a recolher ou a recuperar, correntes e diferidos, são compensados somente se certos critérios permitidos legalmente forem atendidos.

A Controlada Pirapora Energia S.A optou nos exercícios de 2022 e 2021 pela tributação através do Lucro Presumido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido pela Companhia, no balanço patrimonial na rubrica “Imposto de renda e contribuição social a recuperar ou a recolher” pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, o qual reflete as incertezas, se houver, na sua apuração. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos apurados de acordo com a legislação societária e os apurados de acordo com a legislação tributária. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e podem ser reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que estavam vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

3.6 Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados são classificados no ativo circulante (quando para manutenção) e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras) e estão registrados ao custo médio de aquisição.

3.7 Arrendamentos para terceiros

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, o qual, na data de seu início foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a

arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização das contas a receber.

O reconhecimento da receita financeira baseia-se na taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia no arrendamento mercantil financeiro.

3.8 Ativo financeiro indenizável

O escopo da Interpretação Técnica *ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão*. A ICPC 01 (R1) indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, no caso da Companhia, especificamente relacionados com os investimentos na infraestrutura da concessão realizados após a renovação da concessão em 2012, os quais estão classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª e 4ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 - ANEEL.

O Ativo financeiro Indenizável é amortizado de acordo com o prazo remanescente da concessão concomitantemente à redução na provisão constituída na rubrica de Outras Obrigações - Investimento na Concessão.

3.9 Ativo reversível da concessão

Em 4 de dezembro de 2012, as concessões das usinas de Henry Borden, Rasgão e Porto Góes foram renovadas e, de acordo com a Lei 12.783, no momento da renovação da concessão, os ativos da concessão foram revertidos para a União mediante indenização, cujo valor está em processo de definição pelo Poder Concedente. .

A Companhia mantém registrados, na rubrica ativo reversível da concessão, os ativos mensurados ao seu valor contábil residual na data de 31 de dezembro de 2012, ou seja, pelo valor reclassificado da rubrica ativo imobilizado.

3.10 Investimentos

A companhia possui dois tipos de investimentos:

- Participação acionária integral em controlada reconhecida pelo método da equivalência patrimonial.
- Bens corpóreos destinados à obtenção de renda ou valorização do capital reconhecidos a valor justo.

3.11 Imobilizado

A) Reconhecimento e mensuração

A Companhia e sua controlada reconhecem os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for provável que o bem tangível tenha vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros para a Companhia. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

B) Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia e sua controlada.

C) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos ativos imobilizados estabelecida pela ANEEL. A determinação da depreciação sobre o imobilizado de Pirapora levou em consideração a melhor estimativa de sua Administração quanto ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na Nota 14.

3.12 Intangível

Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os gastos com investimentos no ativo intangível se estes resultem de direitos contratuais ou de outros direitos legais que trarão benefícios econômicos futuros. Os itens do intangível são mensurados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Amortização

A amortização é calculada pelo método linear.

3.13 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus instrumentos financeiros pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros classificados como “custo amortizado” são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação e mensurados posteriormente utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros

Ativos financeiros incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial são avaliados em cada data das Demonstrações Financeiras anuais para determinar se há evidência objetiva de perda no valor recuperável. A estimativa para redução ao valor recuperável de ativos financeiros está apresentada na Nota 7.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o ativo é submetido a teste para confirmar a recuperação de seu valor contábil seja por venda ou por uso. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.15 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais para que uma estimativa razoável de sua probabilidade de perda seja feita. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Novas normas e alterações emitidas em 2022

CPC 50 - IFRS 17 - Contratos de seguros

Estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do alcance deste pronunciamento. O CPC 50 substitui o CPC 11 - IFRS 4 - Contratos de seguros. O referido pronunciamento deve ser aplicado para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou os impactos da adoção do IFRS 17 e não identificou impactos relevantes na aplicação deste novo pronunciamento.

Revisão de pronunciamentos técnicos nº 19/2021

O documento de revisão apresenta alterações nos Pronunciamentos técnicos CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 29 - Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. As alterações introduzidas produziram efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

A revisão nº 19 não trouxe alterações relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Revisão de pronunciamentos técnicos - nº 21/2022

O documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1) Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 15 (R1) Combinação de Negócios, CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, CPC 40 (R1) Instrumento Financeiro: Evidenciação, CPC 48 Instrumentos Financeiros, CPC 47 Receita Contrato de Cliente, CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 27 Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 39 Instrumentos Financeiros: Apresentação, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 04 (R1) Ativo Intangível, CPC 28 Propriedade para Investimento e CPC 50 Contratos de Seguro. As alterações deverão ser adotadas a partir de 1º de janeiro de 2023

A Companhia analisou as alterações ocorridas e não identificou impactos relevantes na aplicação da revisão nº 21/2022.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e bancos conta movimento.....	145	2.549	145	2.549
Aplicações financeiras (a).....	421.746	296.759	436.596	308.523
	421.891	299.308	436.741	311.072

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

- (a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades em fundos de renda fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizaram 12,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e 3,3% em 31 de dezembro de 2021.

5. REVENDEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	41.229	36.492	46.173	40.946

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo das contas a receber de revendedores é composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

6. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

6.1 Histórico

No dia 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram um acordo chamado de Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga ("Arrendamento"), com duração de dezessete anos. Esse acordo envolveu a transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e a remuneração global de R\$ 765 milhões, base janeiro de 2007, pagos em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M a partir do segundo ano.

Em 21 de maio de 2008 a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do contrato para sua subsidiária integral, a Baixada Santista S.A. - BSE que, em 5 de julho de 2012, solicitou a renovação da concessão junto à ANEEL. Esse pedido de renovação foi ratificado em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783/2013. Embora o prazo contratual da concessão tenha expirado em 7 de julho de 2015, o Poder Concedente ainda não se manifestou formalmente sobre o pedido de renovação até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

A BSE assumiu a obrigação de devolver os bens arrendados ao final da vigência do contrato, "no estado de uso e conservação em que os recebeu consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato". A Companhia terá direito a indenização caso a arrendatária não reestabeleça as condições dos bens arrendados.

Na hipótese da ANEEL não emitir um novo ato autorizativo, o contrato prevê sua resolução e prazo de 60 dias para liquidação das obrigações pendentes e a devolução dos bens arrendados.

6.2 Contabilização

O Contrato de Arrendamento é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM e, desde seu o início, a operação foi classificada como arrendamento mercantil financeiro pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Controladora e Consolidado

Conta	Saldo		Encargos		Saldo
	31.12.21	Transferências	Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	132.732	149.839	9.766	(152.400)	139.937
Não Circulante.....	232.290	(149.839)	45.485	-	127.936
	365.022	-	55.251	(152.400)	267.873

Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

Controladora e Consolidado

	31.12.22	31.12.21
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(9.381)	(19.147)
Variação monetária.....	738.167	692.682
Recebimentos.....	(1.225.913)	(1.073.513)
	267.873	365.022

(a) Referem-se aos juros ainda não realizados do contrato de arrendamento, inerentes aos recebimentos das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante	
2024.....	127.936

7. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Circulante				
Serviços em curso (a).....	-	2.467	-	2.467
Valores a receber - Energia Livre (b).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (c).....	1.404	1.546	1.404	1.546
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa (d).....	(6.925)	(7.433)	(6.925)	(7.433)
Pirapora Energia S.A. compartilhamento de custos.....	651	346	-	-
Petrobrás - Operação.....	805	1.462	805	1.462
Aluguéis.....	217	201	217	201
Eduardo Yassuda O&M.....	768	-	768	-
Multas contratuais (e).....	626	512	626	512
Convênio SEEM - atual SEMIL (Nota 23.3).....	529	529	529	529
I - Rec (f).....	-	-	21	-
Sucata (g).....	12	12	12	12
	2.231	3.786	1.601	3.440

- a) Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei n° 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Em decorrência do mandado de segurança n° 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, em 15 de setembro de 2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da

RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária. A EMAE constituiu perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;

- c) Referem-se a valores a receber pela cessão de funcionários a entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 360 dias encontram-se provisionados na rubrica “Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa”;
- d) O saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2022 correspondente a R\$ 6.925, sendo composto por: R\$ 1.404, funcionários cedidos; R\$ 4.144, RTE; R\$ 624, multas contratuais; R\$ 529, Convênio SEEM; R\$ 183, Operação e Manutenção Eduardo Yassuda e R\$ 41 referente a locações e aluguéis; Em 2022 a EMAE recebeu da Secretaria da Justiça e da Defesa o montante de R\$ 101 referente a remuneração dos colaboradores cedidos entre o período de outubro de 2014 à maio de 2015. Em razão dos valores terem sido registrados como perdas estimadas em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu a reversão no resultado de 2022.
- e) Referem-se a valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros.
- f) Refere-se ao direito pela venda de certificados internacionais de Energia Renovável – *I- REC*.
- g) Referem-se a bens desmobilizados na modernização da ETU - Estação de Transformação da Usina São Paulo registrados a valor contábil que serão vendidos por meio de processo licitatório.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

8.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	76.149	188.414	78.186	190.130	76.149	188.414	78.186	190.130
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(19.037)	(47.104)	(19.547)	(47.533)	(6.853)	(16.957)	(7.037)	(17.112)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	6.273	6.984	-	-	2.257	2.514	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	4.994	9.043	4.994	9.043	1.798	3.255	1.798	3.255
Incentivos fiscais.....	2.788	3.099	2.788	3.099	-	-	-	-
Outros.....	(254)	499	(254)	499	(100)	171	(100)	171
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	5.405	6.282	-	-	1.782	2.084
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(5.236)	(27.479)	(6.614)	(28.610)	(2.898)	(11.017)	(3.557)	(11.602)
Corrente.....	(60.282)	(55.636)	(61.660)	(56.767)	(22.714)	(21.655)	(23.373)	(22.240)
Diferido.....	55.046	28.157	55.046	28.157	19.816	10.638	19.816	10.638
Alíquota efetiva.....	7%	15%	8%	15%	4%	6%	5%	6%

8.2 Composição dos impostos diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	125.952	93.281	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (b).....	-	-	53.906	77.062
Obrigações fiscais diferidas Sabesp (c).....	-	-	23.643	22.862
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	57.579	98.308	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	92.241	-
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	45.342	33.581	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (b).....	-	-	19.406	27.742
Obrigações fiscais diferidas Sabesp (c).....	-	-	8.511	8.230
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	20.728	35.391	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	33.207	-
	249.601	260.561	230.914	135.896
Compensação entre Ativos e Passivos (f).....	(230.914)	(135.896)	(230.914)	(135.896)
	18.687	124.665	-	-

- a) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente indedutíveis onde se destacam a provisão para investimentos na Concessão, contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- b) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 6);
- c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro Sabesp (Nota 23.1);
- d) Refere-se a ativo fiscal diferido sobre o plano de benefício definido (Nota 17).
- e) Refere-se à ao reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre ajuste a valor justo de elementos do ativo;
- f) Refere-se à compensação entre ativos e passivos diferidos. Salienta-se que até 2017, a Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido. A partir de 2018, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho da Administração. Os ativos diferidos são revisados a cada encerramento do exercício e podem ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023.....	12.775
2024.....	8.792
2025.....	8.792
2026.....	8.792
2027.....	8.792
2028 até 2042.....	123.351
	<u>171.294</u>

O montante de R\$ 171.294 corresponde à soma das provisões temporariamente indedutíveis de Imposto de Renda e Contribuição Social, alínea (a) Nota 8.2.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Circulante		
Depósitos vinculados (a).....	612	12.110
	612	12.110
Não circulante		
Depósitos judiciais (b).....	45.023	32.040
	45.023	32.040
	45.635	44.150

a) O valor em 31 de dezembro de 2022 corresponde a duas cauções sendo: caução contratual pago à ANEEL, em Outubro de 2018 e abril de 2019, vinculado à Usina Edgard de Souza; e a caução contratual relativo a operação e manutenção da estação de bombeamento Eduardo Yassuda.

Em 18 de junho de 2022 a Companhia resolveu, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, pendência antiga referente à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC pela venda do estoque do óleo combustível, no valor de R\$ 15.563.

b) Trata-se de depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis, trabalhistas e tributários da Companhia. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações e, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores foram depositados em juízo.

10. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Classificam-se nesta rubrica os Ativos não circulantes de propriedade da EMAE que serão alienados por meio de processo licitatório no exercício de 2023. Durante o ano a Companhia, com base em Laudos de instituições certificadas, registrou a valor justo, três imóveis, Espaços A e C vinculados a Usina São Paulo, terreno Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta, e Bota- Fora 14, dos quais apenas os Espaços A e C vinculados a Usina São Paulo permanecem classificados na rubrica Investimento sendo os demais realocados para a rubrica Ativo não circulante mantido para a venda após deliberação em reunião do Conselho de Administração que autorizou a alienação de ambos por meio de processo licitatório.

Cabe salientar que para fins de impostos, os valores das vendas serão realizados conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º. do Regulamento do Imposto de Renda e, para fins societários, será aplicado o disposto no item 62 do NBC TG (R4) nº 28 - Propriedade para Investimento.

Em 31 de dezembro de 2022, os seguintes imóveis estão classificados nesta rubrica:

(a) Edifício localizado à Rua Augusta, 1.626 - São Paulo/SP

Por meio do Decreto Estadual n.º 66.983, de 20 de julho de 2022, a Fazenda do Estado de São Paulo foi autorizada a realizar permuta de edifício de sua propriedade localizado à Rua Augusta, nº 1626, São Paulo/SP, avaliado em R\$ 82.461, com terreno de propriedade da

EMA E, com área de 71.523,70 m², inserido no Parque Estadual Villa Lobos, situado na Avenida Dra. Ruth Cardoso, altura do n° 4.800, também no município de São Paulo - SP, avaliado em R\$ 94.770. Coube à EMA E receber à vista a torna resultante da diferença entre o valor dos imóveis equivalente a R\$ 12.309, na oportunidade do registro da escritura. Este evento foi objeto de Comunicado ao Mercado em 21 de julho de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2022 foi autorizada a alienação mediante licitação pública do referido imóvel.

(b) Terrenos - Zuccolo (antigo bota-fora 14)

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022 foi autorizada a alienação mediante licitação pública dos referidos imóveis.

11. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 01 de janeiro de 2013, início da vigência das prorrogações das concessões das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, conforme Lei n° 12.783/13. Esses investimentos são remunerados por meio da RAG - Receita Anual de Geração.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado					Saldo em 31.12.22
	Saldo em 31.12.21	Adições (a)	Transferência	Compensação (b)	Amortização (c)	
Circulante						
Ativo financeiro.....	9.064	-	13.873	-	(10.543)	12.394
	9.064	-	13.873	-	(10.543)	12.394
Não circulante						
Adiantamento a fornecedores...	20.800	24.597	-	(23.386)	-	22.011
Ativo financeiro.....	181.273	68.085	(13.873)	-	-	235.485
	202.073	92.682	(13.873)	(23.386)	-	257.496

- As adições do exercício referem-se a investimentos realizados nas usinas cotistas que aumentem a vida útil das unidades e em melhorias que trarão maior eficiência na produção energética.
- Corresponde a compensação de adiantamentos realizados pelo recebimento dos bens.
- Amortização dos investimentos efetivamente já realizados (Nota 20).

12. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Este termo refere-se aos bens reversíveis das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, que não estavam amortizados ou depreciados em 31 de dezembro de 2012 e que, em virtude da prorrogação da concessão no âmbito do regime de cotas, deverão ser indenizados pelo Poder Concedente, de acordo com o artigo 2° do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa n° 596, de 19 de dezembro de 2013, conforme alterada.

Atendendo ao requerido no Decreto, em 26 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu ofício à ANEEL, manifestando interesse em receber a devida indenização. Em agosto de

2021, nos termos da Resolução Normativa ANEEL n° 942/21, a EMAE ratificou essa manifestação de interesse e em julho de 2022 encaminhou à ANEEL o relatório detalhado de avaliação de bens para fins de indenização, conforme comunicado pela Companhia em 25 de julho de 2022, pelo valor histórico de R\$ 346,6 milhões.

O relatório encaminhado demonstra que não há razão para redução da estimativa original de valor recuperável junto ao poder concedente. No entanto, a ANEEL poderá homologar valor de indenização diferente do pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e caso aplicável, realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 195,4 milhões.

13. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Pirapora Energia S.A (a).....	162.424	162.794	-	-
Uso futuro (b).....	-	1.390	-	1.390
Prop. para Investimento - Áreas adjacentes - U. São Paulo (c).....	130.762	2	130.762	2
Total.....	293.186	164.186	130.762	1.392

- a) A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Em 2021 a EMAE integralizou R\$ 64.000 em sua controlada visando à quitação antecipada do financiamento contratado junto ao BNDES, que ocorreu 15 de março de 2021.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	31.12.22	31.12.21
Ativo.....	164.137	164.136
Passivo.....	1.713	1.342
Patrimônio Líquido.....	162.424	162.794
	2022	2021
Lucro do exercício.....	25.092	27.936

	Controlada
Saldo em 31.12.2020.....	95.606
Integralização de capital	64.000
Dividendo adicional referente a 2020 pago em 2021.....	(12.364)
Resultado de equivalência patrimonial.....	27.936
Dividendos antecipados 1° semestre 2021.....	(12.384)
Saldo em 31.12.2021.....	162.794
Dividendo adicional referente a 2021 pago em 2022.....	(14.155)
Resultado de equivalência patrimonial.....	25.092
Dividendos antecipados 1° semestre 2022.....	(11.307)
Saldo em 31.12.2022.....	162.424

- b) Transferência para o imobilizado da Companhia.

- c) Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

A EMAE concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial até o ano de 2043 com pagamento de outorga fixa no valor de R\$280,05 milhões e de outorga variável a ser calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

Até o exercício de 2020 as áreas A e C, adjacentes a Usina São Paulo estavam vinculadas à atividade de geração, tendo sido desvinculadas conforme regulamentação da ANEEL e reclassificadas contabilmente para a rubrica Investimentos, no Não circulante do Ativo Patrimonial, conforme determina o item 5 do CPC 28 - Propriedades para Investimento. Conforme recomendado pelo CPC 28 as áreas subjacentes a Usina São Paulo foram atualizadas a valor justo correspondente a R\$ 130.762 baseada em laudo de instituição certificada com contrapartida líquida de Imposto de Renda e Contribuição Social em Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido da Companhia.

14. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 está representada por:

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.21	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.12.22
Controladora							
Em serviço							
Terrenos.....		5.060		(14)	(92)	-	4.954
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	817		-	-	(64)	753
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	2.724	21	-	2.372	(634)	4.483
Veículos.....	14,3%	526		-	27	(154)	399
Móveis e Utensílios.....	6,3%	287	38		-	(27)	298
Subtotal.....		9.414	59	(14)	2.307	(879)	10.887
Em curso.....		69.349	1.280	(8)	(933)	-	69.688
Total Controladora.....		78.763	1.339	(22)	1.374	(879)	80.575
Consolidado							
Em serviço							
Terrenos.....		5.060	-	(14)	(92)	-	4.954
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	44.078	742	-	-	(1.024)	43.796
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	47.375	-	-	-	(1.131)	46.244
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	59.556	198	-	2.372	(2.720)	59.406
Veículos.....	14,3%	526	-	-	27	(154)	399
Móveis e Utensílios.....	6,3%	288	38	-	-	(27)	299
Subtotal.....		156.883	978	(14)	2.307	(5.056)	155.098
Em curso.....		69.349	1.280	(8)	(933)	-	69.688
Total Consolidado.....		226.232	2.258	(22)	1.374	(5.056)	224.786

Análise de redução ao valor recuperável dos ativos

Durante o exercício de 2022 a administração da Companhia não identificou a necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável em seu imobilizado.

Estrutura Edgard de Souza

A EMAE iniciou tratativas para motorizar as estruturas existentes junto à barragem Edgard de Souza com aproveitamento integral das instalações cujos bens estão registrados na rubrica Imobilizado, em curso, compondo o montante de R\$ 69.688 em 31 de dezembro de 2022.

15. FINANCIAMENTO (CONSOLIDADO)

Contrato BNDES

Em 8 de março de 2012, a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais com vencimento contratual em 15 de setembro de 2030 atualizado pela TJLP + 1,9% a.a. que representava 60% do valor do investimento previsto para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 15 de março de 2021 a Pirapora Energia S.A quitou o contrato. Como resultado, a EMAE não possui nenhum financiamento em aberto em 31 de dezembro de 2022.

16. FOLHA DE PAGAMENTO E OBRIGAÇÕES CORRELATAS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Folha de pagamentos e encargos.....	3.783	4.724
Provisão de férias e encargos.....	11.711	7.910
PLR e Bonus.....	4.789	4.425
	20.283	17.059

17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A EMAE patrocina dois planos de previdência complementar de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Os planos, denominados PSAP/EMAe e EMAE-CD, são administrados pela VIVEST, entidade fechada de previdência privada. O PSAP/EMAe possui características de benefício definido e foi fechado para novas adesões desde 2018. Em contrapartida, o EMAE-CD, inaugurado no mesmo ano, possui características de contribuição definida e não oferece risco atuarial.

Anualmente, os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano PSAP/EMAe, incluindo contribuições, custos, passivos e ativos, são calculados por atuário independente considerando a mesma data base do encerramento do exercício, e são registrados em conformidade com o CPC 33 (R) / IAS 19 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de benefício definido representa o valor presente da obrigação do PSAP/EMAe, descontado pelo valor justo dos ativos do plano. Quaisquer ganhos ou perdas atuariais são diretamente registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

A avaliação atuarial do PSAP/EMAe é realizada considerando as características de cada um dos três subplanos, a saber:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS;
- Benefício definido (BD), e
- Contribuição Variável (CV).

A criação dos subplanos do PSAP/EMAe remonta a 1997, quando o plano oferecido aos empregados e aposentados da época foi saldado. Esses subplanos apresentam as seguintes características:

a) Plano saldado BSPS – vigente até 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até

aquela data, e que tem como base a cobertura da média salarial à época, corrigida e a proporção do direito adquirido até a data do saldamento. A EMAE é integralmente responsável pelas eventuais insuficiências atuariais apuradas no BPS.

b) Plano BD – iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial dos 36 meses anteriores ao início do benefício. Conforme regulamentação vigente, a EMAE é responsável pela cobertura de 50% de eventuais insuficiências atuariais apuradas no BD.

c) Plano CV – iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de suplementação adicional que tem como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da escolha do participante considerando as modalidades de renda: (i) calculada por percentual do saldo de conta, (ii) renda por tempo determinado ou (iii) renda vitalícia com características de benefício definido.

O saldo da conta de aposentadoria total inclui aportes individuais e aportes da patrocinadora, ficando esta responsável, no caso da opção pelo benefício definido (iii), por equalizar somente os eventuais déficits atuariais relativos aos seus aportes.

Troca do índice de reajuste do PSAP/EMAE

Além do fechamento do PSAP/EMAE para novas adesões em 2018, a EMAE, por meio da VIVEST, solicitou à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC a mudança do indexador de reajuste dos benefícios do plano, passando do IGP-DI para IPCA. O pedido foi atendido em abril de 2021 por meio da Portaria nº 201, o que permitiu a mudança do indexador do plano para IPCA a partir de maio de 2021. Essa ação mitigou um importante risco de descasamento entre a correção de ativos e passivos do PSAP/EMAE.

Política de Investimentos do PSAP/EMAE

A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos (“Asset Liability Management”), resultou na alocação média no ano de 77% em renda fixa, 15% em renda variável e 8% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 7,03% em 2022, ante a meta atuarial de 11,15% no mesmo período.

Premissas atuariais para cálculo conforme CPC 33 (R1)

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	<u>31.12.22</u>	<u>31.12.21</u>
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial....	10,12%	9,28%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	10,12%	9,28%
Taxa de crescimento salarial futuro.....	1,01%	1,95%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada.....	3,75%	3,75%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....	3,75%	3,75%
Taxa de rotatividade.....	não adotada	não adotada
Tábua de mortalidade geral.....	AT - 2000 Masculina suavizada em 10%	AT - 2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos.....	AT-49 Masc agravada em 10% Mercer Disability M/F	AT-49 Masc agravada em 10%
Tábua de entrada em invalidez.....	suavizada em 50%	LIGHT-FRACA suavizada em 30%

	31.12.22	31.12.21
BSPS		
Nº de participantes ativos	290	326
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	740	712
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	29	30
Nº de participantes inativos - pensionistas	95	91
BD		
Nº de participantes ativos	318	354
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	722	694
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	28	29
Nº de participantes inativos - pensionistas	92	86
CV		
Nº de participantes ativos	314	350
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	478	450
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	14	15
Nº de participantes inativos - pensionistas	50	45

Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

B1) Conciliação dos ativos e passivos

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Total do passivo atuarial.....	1.080.331	1.169.721	486.682	541.316	77.041	108.661	1.644.054	1.819.698
Valor justo dos ativos (marcados a mercado).....	(798.075)	(779.912)	(466.534)	(457.915)	(55.555)	(45.739)	(1.320.164)	(1.283.566)
Efeito de limitação de ativo.....	-	-	(10.074)	(41.701)	(14.324)	(41.949)	(24.398)	(83.650)
Passivo líquido (ativo).....	282.256	389.809	10.074	41.700	7.162	20.973	299.492	452.482

B2) Movimentação das obrigações dos planos

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	1.169.721	1.039.489	541.316	483.628	108.661	94.843	1.819.698	1.617.960
Custo do serviço corrente.....	-	-	7.138	6.670	9.733	-	16.871	6.670
Juros sobre obrigação atuarial.....	104.653	76.714	49.422	35.692	(10.431)	6.999	143.644	119.405
(Ganho)/Perda atuarial.....	(103.115)	137.499	(90.924)	32.819	(30.593)	14.371	(224.632)	184.689
Benefícios pagos.....	(90.928)	(83.981)	(20.270)	(17.493)	(329)	(7.552)	(111.527)	(109.026)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	1.080.331	1.169.721	486.682	541.316	77.041	108.661	1.644.054	1.819.698

B3) Movimentação dos ativos do plano

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Valor justo do ativo do plano.....	(779.912)	(777.120)	(457.915)	(453.238)	(45.739)	(47.852)	(1.283.566)	(1.278.210)
Contribuições da empresa para o plano.....	-	-	-	(199)	(10.003)	(672)	(10.003)	(871)
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(68.479)	(57.351)	(41.683)	(33.449)	(3.894)	(3.531)	(114.056)	(94.331)
Rendimento dos ativos do plano (superior)/ inferior à taxa de desconto.....	(36.780)	(26.271)	15.171	11.732	9.538	(1.236)	(12.071)	(15.775)
Contribuições de participantes para o plano.....	(3.832)	(3.151)	(2.377)	(254)	(5.786)	-	(11.995)	(3.405)
Benefícios pagos pelo plano.....	90.928	83.981	20.270	17.493	329	7.552	111.527	109.026
Valor justo do ativo do plano.....	(798.075)	(779.912)	(466.534)	(457.915)	(55.555)	(45.739)	(1.320.164)	(1.283.566)

B4) Conciliação do valor líquido do passivo atuarial

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Valor líquido do passivo (ativo) atuarial total do início do ano.....	389.809	262.369	41.700	30.390	20.973	46.990	452.482	339.749
Despesa / (receita) reconhecida na Demonstração de Resultados.....	36.174	19.363	14.878	8.913	5.839	3.468	56.891	31.744
Contribuição da empresa para o plano.....	-	-	-	(199)	(10.003)	(672)	(10.003)	(871)
Contribuições de participantes para o plano.....	(3.832)	(3.151)	(2.377)	(254)	(5.786)	-	(11.995)	(3.405)
(Ganho) Perda atuarial em ORA.....	(139.895)	111.228	(44.127)	44.551	10.463	13.136	(173.559)	168.915
Efeito do teto do Ativo/ Compartilhamento de Risco.....	-	-	-	(41.701)	(14.324)	(41.949)	(14.324)	(83.650)
Saldo final.....	282.256	389.809	10.074	41.700	7.162	20.973	299.492	452.482

B5) Análise de sensibilidade

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Taxa de desconto ser reduzida em 0,50%.....	1.137.426	1.231.540	512.403	569.924	81.112	114.403	1.730.941	1.915.867
Taxa de desconto ser aumentada em 0,50%.....	1.023.235	1.107.901	460.960	512.707	72.968	102.917	1.557.163	1.723.525
Inflação ser reduzida em 0,50%.....	1.078.083	1.167.287	485.668	540.189	76.719	108.207	1.640.470	1.815.683
Inflação ser aumentada em 0,50%.....	1.075.179	1.164.143	500.299	556.461	77.076	108.711	1.652.554	1.829.315
Crescimento salarial ser reduzido em 0,50%.....	1.080.843	1.170.275	484.784	539.205	77.077	108.712	1.642.704	1.818.192
Crescimento salarial ser aumentado em 0,50%.....	1.072.797	1.161.564	492.846	548.172	76.879	108.433	1.642.522	1.818.169
Reajustes dos benefícios ser reduzido em 0,50%.....	1.078.083	1.167.287	485.668	540.189	76.719	108.207	1.640.470	1.815.683
Reajustes dos benefícios ser aumentado em 0,50%.....	1.075.179	1.164.143	500.299	556.461	77.076	108.711	1.652.554	1.829.315

As movimentações das mensurações atuariais reconhecidas em “Outros Resultados Abrangentes” são como segue:

	31.12.22	31.12.21
(a) Saldo no início do exercício.....	(259.534)	(186.123)
(b) (Perda) Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto.....	174.691	315.864
(c) (Perda) Ganho atuarial gerado pela experiência demográfica.....	34.862	(458.042)
(d) (Perda) Ganho atuarial gerado pela premissa demográfica.....	25.510	(42.511)
(e) Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano.....	(31.203)	15.775
(f) Alteração no "teto do ativo" diferente dos juros.....	(59.251)	83.650
(g) Efeito dos pagamentos do equacionamento das dívidas	18.311	(25.965)
(h) Efeito nas Demonstrações de Resultados Abrangentes (b+c+d+e+f+g).....	162.920	(111.229)
(i) Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	(55.393)	37.818
Saldo no final do exercício (a+h+i).....	(152.007)	(259.534)

A estimativa da despesa para o exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

	2023
Custos dos serviços correntes.....	(4.680)
Juros sobre obrigação atuarial.....	(164.421)
Rendimento esperado dos ativos dos planos.....	127.957
Total da despesa projetada para o exercício.....	(41.144)

Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Vivest

Com o saldamento do plano que era oferecido aos empregados até 1997, foi formalizado um contrato de ajuste de reservas para amortizar o déficit técnico atuarial do BSPS entre a EMAE e a Fundação CESP à época e atual VIVEST.

O contrato está no terceiro aditivo com vencimento previsto para março de 2032. Com a mudança do indexador do plano para IPCA, o saldo atual do contrato também é atualizado pelo IPCA a partir de maio de 2021 e é integrado anualmente ao superávit ou déficit apurado em cada avaliação atuarial, recalculando as parcelas de amortização com base nesse novo saldo e o prazo de vencimento do contrato.

De acordo com a regulamentação e legislação aplicáveis, eventuais déficits nos subplanos BD e CV também devem ser equacionados, sendo que o subplano CV já exigiu equacionamento para os déficits apurados nos anos de 2015 e de 2018 a 2021, não sendo necessário equacionamento em função da avaliação atuarial de 2022.

A diferença entre os saldos apresentados nos contratos de equacionamento e o passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19 decorre da diferença entre as metodologias contábeis utilizadas para cada finalidade. Em 31 de dezembro de 2022, a diferença entre essas duas metodologias é a seguinte:

Critério - Atuário Independente - CPC 33 (R1)

Sub-plano	Ativos	Passivos	Déficit Total	Fundo Patrocinador	Déficit Patrocinador em 31/12/22
BSPS.....	798.075	1.080.331	282.256	-	282.256
BD.....	466.534	486.682	20.148	-	10.074
CV.....	55.555	77.041	21.486	-	7.162
Total.....	1.320.164	1.644.054	323.890	-	299.492

Critério - Atuário responsável pelo plano - Método Previc

Sub-plano	Ativos	Passivos	Déficit Total	Fundo Patrocinador	Déficit Patrocinador em 31/12/22
BSPS.....	798.075	1.188.855	390.780	-	390.780
BD.....	466.534	472.182	5.648	-	2.824
CV.....	174.846	219.348	44.502	9.208	5.625
Total.....	1.439.455	1.880.385	440.930	9.208	399.229

*A mensuração apresentada no quadro "Método CPC 33 (R1)" desconsidera a proporção do saldo de conta dos participantes.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

18.1 Contingências - Possibilidade de Perda Provável

	Controladora e Consolidado				Saldo
	31.12.21	31.12.22			
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade (a)....	14.429	26.230	-	-	40.659
Diversas (b).....	19.096	14.180	(3.496)	(7.281)	22.499
	33.525	40.410	(3.496)	(7.281)	63.158
Cíveis (c).....	39.770	6.034	(215)	-	45.589
Tributárias (d).....	4.478	5.865	(4.521)	-	5.822
Ambiental (e).....	70	5.884	-	-	5.954
Administrativo.....	10	-	-	-	10
	77.853	58.193	(8.232)	(7.281)	120.533

a) Periculosidade

Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários de São Paulo em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos seus quadros. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e encontra-se em liquidação de sentença, com apresentação de cálculo judicial aguardando abertura de prazo para impugnação pela EMAE. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, com a possibilidade de revisão do valor provisionado após a impugnação da EMAE e apreciação, pelo magistrado.

b) Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados às quais requerem em geral o pagamento de equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

c) Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo o mais relevante descrito a seguir:

Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado "alívio de exposição" relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 9 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, o qual foi oposto pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2022 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 40.512 (R\$ 36.348 em 31 de dezembro de 2021).

d) Tributária

Correspondem a dois processos:

Ação anulatória de débito fiscal com pedido de Tutela de Urgência, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, na forma do art.151. inciso V, do Código Tributário Nacional. Foi notado que o IPTU do Imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira - São Paulo, estava com valor expressivamente maior, requerendo junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo, a revisão da cobrança, ocasião em que foi orientado pelo Município que a Companhia efetuasse o pedido por meio de processo eletrônico via site. Em 31 de dezembro de 2022 o valor do processo corresponde a R\$ 4.408.

Ação declaratória em face do Município de São Paulo tendo em vista que o Município deixou de alterar no cadastro de IPTU do Imóvel localizado na Rua Guido Caloi, Jardim São Luís o nome do proprietário. O referido imóvel foi apossado pelo Estado de São Paulo e posteriormente transferido para a Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC. O pedido de liminar foi indeferido. Foi interposto agravo de instrumento pela autora, pedindo o efeito suspensivo da decisão que indeferiu a titula. Posteriormente veio aos autos o acordão que negou provimento ao referido agravo. Foi feito o depósito integral do tributo, pleiteando a suspensão da exigibilidade do crédito. O valor do processo em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 1.414.

e) Ambiental

O Processo de maior relevância refere-se à Ação Civil Pública de 2015 proposta com o objetivo de responsabilizar a EMAE pela mortandade de peixes no Rio Tietê e Córrego do Ajudante na cidade de Salto em decorrência de descarga realizada nas barragens de Pirapora, Rasgão e Porto Góes, que teriam provocado o descolamento dos sedimentos depositados no fundo dos barramentos. O valor contabilizado em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 5.873.

18.2 Contingências - Probabilidade de Perda Possível

As contingências em 31 de dezembro de 2022, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.12.22	31.12.21
Administrativo.....	295	663
Ambiental	143.400	130.629
Cível.....	1.726	23.153
Trabalhista.....	5.585	2.833
Tributário.....	57.697	32.907
	<u>208.703</u>	<u>190.185</u>

a) Administrativo

Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar requerendo a nomeação do impetrante para cargo de praticante de operador de usina e anulação de ato administrativo que determinou sua eliminação. O valor da causa em 31 de dezembro de 2022 remonta o valor de R\$ 255.

b) Ambiental

O principal processo refere-se à obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função da composição amigável entre a EMAE e o Ministério Público, até então litigantes, em 27 de junho de 2007, objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado tornasse possível à implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m³/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Contudo, em 12 de abril de 2012 o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no montante de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior. Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido e atendido pela EMAE.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2022, sendo o total da causa de R\$ 138.699 (R\$ 123.960 em 31 de dezembro de 2021).

c) Cível

Trata-se de ação de indenização por perdas e danos morais e materiais cumulada com obrigação de fazer e não fazer proposta pela autora, proprietária do imóvel em apreço. A autora afirma a construção irregular e desautorizada de um aterro realizada pelo Município de Rio Grande da Serra, fato que ocasionou no acúmulo de terra e desnivelamento do terreno, impedindo a vazão das águas ali em curso. O valor do processo em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 416.

d) Tributário

Processos de execução fiscal em que a Prefeitura do Município de Cubatão cobra o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, constante da Certidão de Dívida Ativa que instruiu o processo em questão, decorrente dos exercícios de 2014 até 2021 referentes à imóvel de propriedade da Eletropaulo, apontando os demais executados como corresponsáveis. O valor dos dois processos em 31 de dezembro 2022 corresponde a R\$ 33.617.

19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais - RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante

este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (10 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Controladora e Consolidado						
	31.12.21	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	31.12.22
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	1.801	400	(400)	(1.801)	1.801
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	7.200	(1.801)	-	-	-	5.399

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES - INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO

Correspondem à provisão para realização de investimentos nas usinas cotistas em razão das obrigações estabelecidas no 2º termo Aditivo do Contrato de Concessão e no Submódulo Proret 12.1 - Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, estando em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os valores provisionados são contabilizados de acordo com o Plano de Investimentos e apresentam as seguintes movimentações no período:

	Controladora e Consolidado				
	31.12.21		31.12.22		
	Ativo financeiro indenizável	Movimento do período	Ativo financeiro indenizável	Outras obrigações	
			Circulante	Não circulante	
Investimentos totais realizados.....	205.239	68.084	273.323	-	-
Adiantamento a fornecedores (a).....	20.800	1.212	22.012	-	-
Provisão - Investimentos na Concessão (b).....	-	-	-	37.839	359.167
Amortização acumulada.....	(14.902)	(10.543)	(25.445)	(25.445)	-
Total.....	211.137	58.753	269.890	12.394	359.167

(a) Adiantamento à fornecedores referentes a aquisições ainda não recebidas

(b) Provisão acumulada ajustada pela melhor estimativa

A partir da vigência do 2º Aditivo ao Contrato de Concessão em 1º de janeiro de 2013, ou seja, com o início da operação das usinas no regime de cotas até 31 de dezembro de 2022 a Companhia investiu na concessão o montante de R\$ 273,3 milhões, buscando a modernização, eficiência e a redução dos riscos relacionados à produção energética. Conforme estabelecido em lei, o valor já investido deve ser amortizado de forma linear até o final da concessão, pois os benefícios econômicos inerentes pela correta aplicação dos recursos, produzirão retorno (fluxos de caixa) até janeiro de 2043.

21. OUTRA OBRIGAÇÃO - COMGÁS

Trata-se de quatro contratos de permissão à Comgás de uso de áreas a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (city

gate), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de Regulagem de Pressão e Recebedor de PIC, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do exercício. Até 31 de dezembro de 2022 a EMAE contabilizou o montante de R\$ 560 no Resultado da Companhia.

22. OUTROS PASSIVOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Depósitos Judiciais.....	3.911	5.640
Agrupamento de ações.....	592	592
Seguros a pagar.....	590	590
Outros.....	-	14
	5.093	6.836

O passivo de depósitos judiciais se refere a ações trabalhistas já finalizadas e com depósito judicial ainda não liberado em favor da contraparte.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

23.1. Ativo financeiro – Acordo Sabesp

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças (“Instrumento”) para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas, incluindo anuência da ANEEL, e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos de administração da EMAE e da SABESP, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254 a título indenizatório; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais e sucessivas de R\$ 6.610, a título de compensação de despesas, ambos corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 94.573, dos quais R\$ 86.250 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.22
	Saldo 31.12.21	Transferências	Encargos		
			Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante					
Sabesp.....	12.853	9.304	-	(8.963)	13.194
Ajuste a valor presente.....	(4.985)	(4.871)	4.985		(4.871)
	<u>7.868</u>	<u>4.433</u>	<u>4.985</u>	<u>(8.963)</u>	<u>8.323</u>
Não Circulante					
Sabesp.....	144.773	(9.304)	7.103	-	142.572
Ajuste a valor presente.....	(61.193)	4.871	-	-	(56.322)
	<u>83.580</u>	<u>(4.433)</u>	<u>7.103</u>	<u>-</u>	<u>86.250</u>
	<u>91.448</u>	<u>-</u>	<u>12.088</u>	<u>(8.963)</u>	<u>94.573</u>

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

2024	7.781
2025	7.275
2026	6.801
2027	6.358
2028 até 2042.....	<u>58.035</u>
	<u>86.250</u>

23.2. Convênio de Operação e Manutenção entre EMAE e Pirapora

Em dezembro de 2020, com prévia anuência da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a EMAE firmou junto à sua controlada - Pirapora Energia S.A, Convênio para o compartilhamento dos custos de pessoal. Durante os exercícios de 2022 e 2021, com base no convênio, a EMAE recebeu reembolso das despesas de pessoal no valor de R\$ 4.578 e R\$ 4.148, respectivamente.

23.3. Convênio Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Em 16 de julho de 2018 a Companhia firmou convênio de cooperação técnico-operacional com a então Secretaria de Estado de Energia e Mineração SEEM, atual Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL, tendo por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia, com vistas à otimização, racionalização, controle de qualidade e dos padrões de prestação do suprimento de energia no Estado de São Paulo, por meio de parceria na utilização de conhecimentos técnicos e tecnologias. O valor estimado do contrato foi de R\$ 3.324 com vigência de 18 (dezoito) meses. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 529, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018.

23.4. Cessão de Empregados

Refere-se à cessão de empregados da EMAE, mediante ressarcimento junto às atuais Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, órgãos da Administração

do Estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a receber é de R\$ 1.404, vide Nota 7 letra (c).

23.5. Remuneração do pessoal chave da administração

Em atendimento ao CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia informa que durante os exercícios de 2022 e 2021 os dispêndios relacionados com a remuneração do pessoal chave da administração foram:

Partes Relacionadas	(a)	2022		2021	
		n° de membros	Remuneração	n° de membros	Remuneração
Diretoria Estatutária (*).....		4,00	2.172	4,00	2.057
Conselho Fiscal.....		5,00	342	5,00	342
Conselho de Administração.....		11,00	1.259	11,00	1.259
Comitê de Auditoria.....		3,00	503	3,00	503
		23,00	4.276	23,00	4.161

(a) Média anual.

(*) Remuneração fixa e variável

O Comitê de Auditoria é composto por 5 membros dos quais 2 integram o Conselho de Administração e são exclusivamente remunerados por ele.

23.6. Permuta de Imóvel com o Governo do Estado de São Paulo

Em agosto de 2021, o Governo do Estado de São Paulo propôs a permuta do imóvel de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, localizado à Rua Augusta, n° 1626, com a área de propriedade da EMAE que está inserida no Parque Villa Lobos. Após elaboração de laudos de avaliação realizados por entidades independentes, a proposta foi ajustada e submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia e dos órgãos do Governo do Estado, resultando na autorização do Senhor Governador do Estado de São Paulo por meio do Decreto n.º 66.983, de 20 de julho de 2022 e comunicado ao mercado em 10 de agosto de 2022.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Centrais Elétricas Bras S.A. Eletrobrás.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.353.442	97,61	50.981	0,23	14.404.423	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
Álvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.201.133	9,90	2.201.133	5,96
Outros.....	1.096	-	5.573.267	25,05	5.574.363	15,08
TOTAL.....	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à: **a)** prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; **b)** direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; **c)** direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e **d)** direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

24.2. Lucro por ação – básico e diluído

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	R\$ 68.015	R\$ 149.918
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084
Lucro por ação básico e diluído		
Ação Preferencial.....	R\$ 1,90999	R\$ 4,20997
Ação Ordinária.....	R\$ 1,73635	R\$ 3,82725

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial de diluição.

24.3. Destinações do lucro líquido do exercício

	2022	2021
Lucro líquido do exercício.....	68.015	149.918
(-) Constituição de reserva legal (5%).....	3.401	7.496
(=) Lucro remanescente após a reserva.....	64.614	142.422
Dividendo obrigatório (25%).....	16.154	35.606
(-) JCP pagos no exercício (a).....	(19.974)	(36.171)
Dividendos adicionais pagos via JCP a deliberar (a).....	3.820	565
Dividendo adicional proposto a deliberar em AGO:	44.640	4.860
. a ser pago na forma de JCP.....	41.169	-
. a ser pago na forma de dividendos.....	3.471	4.860
(-) Constituição de reserva para contingência	-	101.391
Realização da reserva de Lucros a realizar.....	7.777	7.115
(=) Lucro remanescente.....	-	-

- (a) Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) - Durante o exercício de 2022 a Companhia, deliberou em Reunião de Diretoria e aprovou em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 19.974.

A Administração da Companhia propõe ainda as seguintes destinações:

- (i) constituição de Reserva Legal no valor R\$ 3.401;
- (ii) JCP de R\$ 19.974 pago em junho de 2022 imputado ao dividendo mínimo obrigatório de R\$ 16.154;
- (iii) realização da Reserva de Lucros a Realizar no montante de R\$ 7.777, e
- (iv) dividendo adicional proposto de R\$ 44.640.

Até deliberação em AGO - Assembleia Geral Ordinária o dividendo adicional proposto permanecerá registrado em conta específica do Patrimônio Líquido conforme estabelecido na Interpretação Técnica - ICPC 08 (R1).

24.4. Dividendo por ação

O dividendo por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (em milhares, exceto valor por ação) correspondem:

	2022	2021
Dividendo do exercício (a).....	72.392	48.146
... Proposto na forma de JCP	61.143	36.171
... Proposto na forma de Dividendo	11.248	11.975
JCP por ação	R\$	R\$
Ação ordinária.....	1,56092	0,92341
Ação preferencial.....	1,71702	1,01575
Dividendo por ação	R\$	R\$
Ação ordinária.....	0,28716	0,30570
Ação preferencial.....	0,31587	0,33627

- a) Corresponde ao dividendo obrigatório do exercício somado com a proposta de dividendos adicionais, sujeita à aprovação em AGO, e à realização da reserva de lucros a realizar.

24.5. Mutações das reservas de lucros

O quadro abaixo demonstra as mutações das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Saldo inicial das reservas de lucros no início do exercício...	319.867	218.095
Constituição de reserva legal.....	3.401	7.496
Realização da reserva de lucros a realizar.....	(7.777)	(7.115)
Constituição da reserva contingência.....	-	101.391
Saldo final das reservas de lucros no final do exercício.....	<u>315.491</u>	<u>319.867</u>

24.6. Mutações de outros resultados abrangentes

A movimentação ocorrida em outros resultados abrangentes reflete os resultados apurados nos subplanos BSPS, BD e CV do plano de previdência complementar Vivest- EMAE nos exercícios de 2021 e 2022 além do reconhecimento a valor justo de elementos do ativo da Companhia, conforme Nota 17.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Saldo em 31/12/21.....	(259.534)	(186.123)
Ajuste de elementos do Ativo		
Valor justo:		
Parque Villa Lobos / Ed. Augusta..	54.419	-
Espaços A e C Usina São Paulo.....	86.303	-
Bota Fora 14	102.795	-
Ajuste de elementos do Passivo		
Superávit (Déficit) Atuarial	107.527	(73.411)
Saldo em 31/12/22.....	<u>91.510</u>	<u>(259.534)</u>

24.7. Conciliações de dividendos e juros sobre o capital próprio

A seguir está demonstrada a mutação dos dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício de 2022:

	Controladora e Consolidado
Saldo de JCP e Dividendos em 31/12/2021.....	9.138
Dividendo adicional proposto.....	4.860
Juros sobre o Capital Próprio declarados no exercício.....	19.974
Dividendos e JCP pagos em 2022.....	(29.565)
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JCP.....	(1.820)
Realização de reserva de lucros a realizar.....	7.777
Movimentação conta dividendos - custodiante.....	168
Saldo de JCP e Dividendos em 31/12/2022.....	<u>10.532</u>

25. RECEITA LÍQUIDA

25.1. Conciliação da receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 25.2).....	472.754	440.685	472.754	440.685
Suprimento de energia - leilão (Nota 25.2).....	-	-	42.371	38.572
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 25.2).....	5	439	523	8.896
Renda da prestação de serviços (Nota 25.3).....	12.249	13.089	12.249	13.089
Outras receitas.....	3.305	2.080	3.326	2.080
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 11)....	68.085	88.814	68.085	88.814
	556.398	545.107	599.308	592.136
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(49.477)	(46.658)	(50.764)	(48.069)
PIS sobre receitas operacionais.....	(10.742)	(10.130)	(11.021)	(10.436)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(649)	(691)	(649)	(691)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(4.189)	(3.916)	(4.189)	(3.916)
	(65.057)	(61.395)	(66.623)	(63.112)
RECEITA LÍQUIDA.....	491.341	483.712	532.685	529.024

25.2. Energia Elétrica Vendida

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	753.370	640.832	472.754	440.685	753.370	640.832	472.754	440.685
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	123.569	144.102	42.371	38.572
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	5	439	-	-	523	8.896
Total.....	753.370	640.832	472.759	441.124	876.939	784.934	515.648	488.153

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

a) Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;

b) Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;

c) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE. Durante o exercício de 2021, a Energia de curto prazo - CCEE totalizou R\$ 8.896 sendo R\$ 6.231 relativos ao recebimento da maior parte das liquidações pendentes de outros agentes junto à CCEE, as quais foram tratadas no acordo do risco hidrológico regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL n° 930, de 30 de março de 2021 e, R\$ 2.665 relativos aos resultados da EMAE no ano e de sua controlada no MCP da CCEE.

25.3. Rendas da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Petrobras (UTE's) (a).....	9.723	10.078	9.723	10.078
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda) (b).....	2.526	3.011	2.526	3.011
	12.249	13.089	12.249	13.089

(a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras para a prestação dos serviços de operação das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga.

(b) Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.

26. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

26.1. Controladora

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Encargos de uso da rede elétrica.....	(45.300)	(45.601)	-	-	-	-	(45.300)	(45.601)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(4.418)	(3.409)	-	-	-	-	(4.418)	(3.409)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.500)	(1.397)	-	-	(1.500)	(1.397)
Pessoal (a).....	(65.012)	(49.632)	(53.542)	(53.698)	-	-	(118.554)	(103.330)
Administradores.....	-	-	(4.542)	(4.375)	-	-	(4.542)	(4.375)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 17).....	(66.501)	(31.744)	-	-	-	-	(66.501)	(31.744)
Material.....	(2.977)	(3.675)	(2.539)	(1.818)	-	-	(5.516)	(5.493)
Serviço de terceiros.....	(63.458)	(45.437)	(27.127)	(23.816)	-	-	(90.585)	(69.253)
Depreciação/amortização	-	-	(1.567)	(1.490)	-	-	(1.567)	(1.490)
Aluguéis.....	-	-	(6.093)	(5.720)	-	-	(6.093)	(5.720)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 18.1).....	(49.961)	(27.796)	-	-	-	-	(49.961)	(27.796)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 20).....	(98.693)	(85.232)	-	-	-	-	(98.693)	(85.232)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	(807)	(477)	-	-	-	(477)	(807)
(-) Reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	4.722	109	-	-	-	109	4.722
(-) Créditos PIS/COFINS.....	8.849	20.270	-	-	-	-	8.849	20.270
IPTU.....	(9.486)	(8.414)	-	-	-	-	(9.486)	(8.414)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 11).....	(68.085)	(88.814)	-	-	-	-	(68.085)	(88.814)
Seguros.....	(5.229)	(4.802)	-	-	-	-	(5.229)	(4.802)
Condomínio.....	-	-	(943)	(881)	-	-	(943)	(881)
Torna líquida - Edifício Augusta.....	-	-	-	-	9.835	-	9.835	-
Doações (c).....	-	-	-	-	(1.890)	(2.270)	(1.890)	(2.270)
Patrocínios (d).....	-	-	-	-	(577)	(4.063)	(577)	(4.063)
Indenizações - desapropriações (e).....	-	-	-	-	2.047	10.952	2.047	10.952
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	11.338	296	11.338	296
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	1.304	1.048	1.304	1.048
Baixa de créditos prescritos.....	-	-	-	-	-	(1.454)	-	(1.454)
Outras.....	(6)	1.080	-	-	(83)	-	(89)	1.080
Total.....	(470.277)	(369.291)	(98.221)	(93.195)	21.974	4.509	(546.524)	(457.977)

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
GSF - Garantia física.....	(2.007)	(1.823)	-	-	-	-	(2.007)	(1.823)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(45.676)	(45.908)	-	-	-	-	(45.676)	(45.908)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(4.418)	(3.409)	-	-	-	-	(4.418)	(3.409)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.500)	(1.480)	-	-	(1.500)	(1.480)
Pessoal (Nota 23.2) (a).....	(69.592)	(53.780)	(53.542)	(53.698)	-	-	(123.134)	(107.478)
Administradores.....	-	-	(4.542)	(4.375)	-	-	(4.542)	(4.375)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 17).....	(66.501)	(31.744)	-	-	-	-	(66.501)	(31.744)
Material.....	(3.386)	(3.976)	(2.539)	(1.818)	-	-	(5.925)	(5.794)
Serviço de terceiros.....	(67.695)	(49.097)	(27.127)	(23.816)	-	-	(94.822)	(72.913)
Depreciação/amortização (b).....	(4.256)	(4.256)	(1.567)	(1.490)	-	-	(5.823)	(5.746)
Aluguéis.....	-	-	(6.093)	(5.732)	-	-	(6.093)	(5.732)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 18.1).....	(49.961)	(27.796)	-	-	-	-	(49.961)	(27.796)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 20).....	(98.693)	(85.232)	-	-	-	-	(98.693)	(85.232)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	(807)	(477)	-	-	-	(477)	(807)
(-) Reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	4.722	109	-	-	-	109	4.722
(-) Créditos PIS/COFINS.....	8.849	20.270	-	-	-	-	8.849	20.270
IPTU.....	(9.486)	(8.414)	-	-	-	-	(9.486)	(8.414)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 11).....	(68.085)	(88.814)	-	-	-	-	(68.085)	(88.814)
Seguros.....	(5.229)	(5.049)	-	-	-	-	(5.229)	(5.049)
Condomínio.....	-	-	(943)	(881)	-	-	(943)	(881)
Torna líquida - Edifício Augusta.....	-	-	-	-	9.835	-	9.835	-
Doações (c).....	-	-	-	-	(1.890)	(2.270)	(1.890)	(2.270)
Patrocínios (d).....	-	-	-	-	(577)	(4.063)	(577)	(4.063)
Indenizações - desapropriações (e).....	-	-	-	-	2.047	10.952	2.047	10.952
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	11.338	296	11.338	296
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	1.304	1.048	1.304	1.048
Baixa de créditos prescritos.....	-	-	-	-	-	(1.454)	-	(1.454)
Outras.....	(528)	1.001	-	-	(83)	-	(611)	1.001
Total.....	(486.664)	(384.112)	(98.221)	(93.290)	21.974	4.509	(562.911)	(472.893)

(a) Referem-se a doações que possuem como contrapartida deduções fiscais relativas ao Imposto de Renda.

(b) Correspondem a valores gastos relativos a patrocínios e doações filantrópicas.

(c) Trata-se de recurso recebido pela desapropriação de imóveis da Companhia.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	40.620	11.431	42.760	12.265
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	9.766	12.768	9.766	12.768
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 23.1).....	4.985	5.296	4.985	5.296
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(2.108)	(668)	(2.108)	(668)
Atualizações de Créditos Tributários.....	312	1.898	312	1.898
Outras.....	295	102	328	125
	53.870	30.827	56.043	31.684
Despesas				
Juros	-	-	-	(824)
Outras:				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(22)	(58)	(22)	(58)
Atualização Óleo combustível.....	(343)	(363)	(343)	(363)
Compensação financeira BNDES - Quitação antecipada (a)...	-	-	-	(776)
Juros sobre RGR.....	(400)	(488)	(400)	(488)
Outras.....	-	-	(1)	(1)
	(765)	(909)	(766)	(2.510)
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 6).....	45.485	93.794	45.485	93.794
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 23.1).....	7.104	10.099	7.104	10.099
Outras variações monetárias	546	932	546	932
	53.135	104.825	53.135	104.825
	106.240	134.743	108.412	133.999

Durante o exercício de 2021 houve o reconhecimento de R\$ 776 referente à cobrança de taxa de compensação financeira para a quitação antecipada do contrato de financiamento junto ao BNDES.

28. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operações (a).....	09/05/2022	09/05/2023	40.000	392
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b)...	05/12/2022	05/12/2023	70.000	589
Seguro de Veículos - Caminhões (c).....	11/09/2022	11/09/2023	1.078	8
Seguro de Riscos Operacionais EMAE (d).....	11/05/2022	11/05/2023	162.153	7.018
Seguro Empresarial - Condomínio (e).....	01/08/2022	01/08/2023	6.782	2
Seguro Aeronáutico Reta - Drone (f).....	19/01/2022	19/01/2023	598	1
Seguro Garantia Fiança Locatícia (g).....	12/04/2022	31/01/2026	6.676	123
			287.287	8.133

- Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia a terceiros;
- Referem-se a proteção aos segurados contra eventuais processos judiciais por danos materiais e/ou morais causados de forma involuntária no exercício de suas atividades profissionais (*Directors and officers*);
- Refere-se à cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora;

- d) Seguro de incêndio, queda de raio, explosão e perda de aluguel;
- e) Refere-se a seguro do condomínio;
- f) Refere-se ao seguro do drone de propriedade da companhia, e
- g) Refere-se ao seguro fiança da sede administrativa.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	145	2.549	145	2.549
Aplicações financeiras (Nota 4).....	421.746	296.759	436.596	308.523
Revendedores (Nota 5).....	41.229	36.492	46.173	40.946
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	267.873	-	267.873	-
Outros créditos (Nota 7).....	2.231	3.786	1.601	3.440
Cauções e depósitos vinculados (Nota 9).....	45.635	44.150	45.635	44.150
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 23.1).....	94.573	91.448	94.573	91.448
Ativo financeiro indenizável (Nota 11).....	269.890	211.137	269.890	211.137
Ativo reversível da concessão (Nota 12).....	195.374	195.374	195.374	195.374
Fornecedores.....	9.633	6.225	10.124	6.713
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	10.532	9.138	10.532	9.138
Outras obrigações - Investimentos na concessão (Nota 20)..	371.561	283.411	371.561	283.381

Todos os instrumentos financeiros são classificados pelo custo amortizado.

29.2. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade principal da Companhia é geração de energia no regime de cotas, conforme estabelecido na lei 12.783/13, com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é produção independente de energia, a qual foi comercializada através de contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

a. Riscos de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

i. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

ii. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 5). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 421.891 e R\$ 436.741, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 299.308, controladora, e R\$ 311.072, consolidado, em 31 de dezembro de 2021), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 6)	267.873	365.022
Ativo financeiro indenizável (Nota 11).....	269.890	211.137
Ativo reversível da concessão (Nota 12).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 23.1).....	94.573	91.448
	827.710	862.981

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro é avaliado como baixo pois depende da capacidade financeira da contraparte (Petrobras) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há registro de atrasos no recebimento dessas contas a receber.

O ativo financeiro indenizável refere-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores foram incorporados à Receita a partir da Revisão Tarifária de 2018.

O ativo reversível da concessão refere a indenização pelo Poder Concedente de ativos não integralmente depreciados ou amortizados na data de adesão ao regime de cotas. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como médio uma vez que estes valores estão sujeitos à fiscalização e eventual glosa. Este processo de validação está em curso.

A realização do Ativo financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

iii. Exposição a riscos cambiais

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

iv. Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada são efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas de 31 de dezembro de 2022, com CDI overnight de 13,65 % a.a..

	Saldo 31.12.2022 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		13,65%	17,06%	20,48%
Controladora	421.746	57.568	71.950	86.374
Consolidado	436.596	59.595	74.483	89.415

	Saldo 31.12.2022 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		13,65%	10,24%	6,83%
Controladora	421.746	57.568	43.187	28.805
Consolidado	436.596	59.595	44.707	29.820

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2022, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 31.12.2022 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	4,60%	14,35%	15,61%	16,86%
Arrendamento UTP	267.873	38.436	41.804	45.172

	Saldo 31.12.2022 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	4,60%	14,35%	13,09%	11,83%
Arrendamento UTP	267.873	38.436	35.069	31.701

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2022, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 31.12.2022 Nota 22.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	5,79%	14,54%	16,11%	17,67%
SABESP	94.573	13.750	15.232	16.714

	Saldo 31.12.2022 Nota 22.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	5,79%	14,54%	12,97%	11,40%
SABESP	94.573	13.750	12.268	10.785

v. Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	Até de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Consolidado						
Fornecedores.....	10.127	-	-	-	-	10.127
Dividendos/ JSCP ..	-	10.532	-	-	-	10.532
Total	10.127	10.532	-	-	-	20.659

b. Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100.

c. Risco de preço

A principal atividade da EMAE está exposta ao risco de variações de tarifa.

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 anos e um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Nesse sentido, a receita paramétrica está sujeita a variações em função de:

- Revisão de parâmetros de despesas a cada 5 anos;
- Revisão do WACC regulatório que remunera os investimentos da concessão, e
- Impacto do desempenho apurado (disponibilidade e geração média).

Os preços de comercialização de energia elétrica da controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.068, de 12 de julho de 2022, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, dos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (e)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden	158.399	198.943	13.643	43.590	4.571	2.064	3.869	1.508	4.294	430.881
Porto Góes.....	4.206	5.258	323	703	-	-	168	40	108	10.806
Rasgão.....	3.643	3.849	286	591	-	78	138	32	87	8.704
	166.248	208.050	14.252	44.884	4.571	2.142	4.175	1.580	4.489	450.391

Fonte: REH 3.068/2022 Nota técnica nº 121/2022

d. Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

e. Risco de alteração na legislação tributária

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

f. Risco relacionado à integridade do empreendimento

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos (“barragens”) em regiões densamente habitadas. Eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança das barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

i. Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, modificada pela Lei federal 14.066/2020 que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associadas aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.

Adicionalmente, a EMAE conta em sua equipe com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnico em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classificação de Risco de Barragens

Classe “A” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial associado alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção das condições de segurança, não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura.

Classe “B” - São barragens que apresentam categoria de risco médio ou baixo e dano potencial associado, alto, médio ou baixo e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.

Classe “C” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.

A EMAE não possui barragens classificadas na classe de risco “A”.

g. Risco relacionado ao desenvolvimento de atividades nas principais regiões metropolitanas do Estado

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

h. Risco na gestão do Sistema Hídrico Tietê/Pinheiros (Controle de Cheias)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

i. Risco na operação e manutenção das balsas – Reservatório Billings

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório Billings, opera e mantém, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório, transportando pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações

j. Risco de cobertura de déficit atuarial

Conforme informado na nota explicativa nº 17 – Benefícios pós-emprego, previdência complementar a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE CD).

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina à regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMAE para novas adesões e passou a oferecer aos novos entrantes apenas o Plano de Contribuição Definida, o EMAE CD. Adicionalmente, desde maio de 2021 o indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMAE passou a ser o IPCA, mitigando o descasamento entre ativos e passivos do plano.

31. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de concessão

Em 4 de dezembro de 2012 a EMAE celebrou com a União o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

b) Contrato de autorização

A Controlada Pirapora Energia S.A. é autorizada a explorar a PCH Pirapora como Produtor Independente de Energia Elétrica, pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1429/2008, com vigência de 30/12/2014 até 30/12/2044, conforme alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 10.972/2021.

c) Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

32. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2022, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			
	31.12.21	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.22
Arrendamento UTP.....	(365.022)	152.400	(55.251)	(267.873)
Ativo financeiro indenizável.....	(211.137)	(69.296)	10.543	(269.890)
Investimentos.....	(164.186)	25.462	(154.462)	(293.186)
Imobilizado.....	(78.763)	(1.340)	(472)	(80.575)
Intangível.....	(10.547)	(3.960)	688	(13.819)

	Consolidado			
	31.12.21	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.22
Arrendamento UTP.....	(365.022)	152.400	(55.251)	(267.873)
Ativo financeiro indenizável.....	(211.137)	(69.296)	10.543	(269.890)
Imobilizado.....	(226.232)	(2.259)	3.705	(224.786)
Intangível.....	(10.738)	(3.960)	768	(13.930)

DIRETORIA

MARCIO REA
DIRETOR-PRESIDENTE

PABLO ANDRÉS FERNÁNDEZ UHART
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

MARISE GRINSTEIN
DIRETORA ADMINISTRATIVA

ALVARO LUIZ AMORIM MIRANDA
DIRETOR DE GERAÇÃO

FÁBIO TONETTO
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE
CONTABILIDADE,
CUSTOS E FISCAL
CONTADOR - CRC 1SP264253/O-4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS LUSTRE

CONSELHEIROS

MARCIO REA

THEODORO DE ALMEIDA PUPO JR.

RUI DE BRITO ALVARES AFFONSO

PAULO FERREIRA

SERGIO RICARDO CIAVOLIH MOTA

RITA JOYANOVIC

ZEVI KANN

ROBERTO BRIGIDO DO NASCIMENTO

DOUGLAS TADEU LLAMBIAS CAETANO

IV. MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Referente às demonstrações financeiras da EMAE Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. de 31 de dezembro de 2022.

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de apuração e preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A e sua Controlada, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tendo discutido as referidas demonstrações financeiras com os Departamentos de Contabilidade, Custos e Fiscal e de Orçamento e Finanças, bem como com os auditores independentes que emitiram seu relatório sem ressalvas.

Com base nas informações, discussões e análise acima referidas, o Comitê de Auditoria considerou as demonstrações financeiras consolidadas da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A e sua Controlada, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, assim como o respectivo Relatório da Administração e a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, recomendando sua aprovação.

São Paulo, 15 de março de 2023.

Benedito Alfredo Baddini Blanc
Membro Independente

Paulo Ferreira
Membro

Gabriel Monegatti Mattei
Membro Independente

Saverio Orlandi
Membro Independente

V. PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao estabelecido nos incisos II, III, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 e alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Relatório Anual da Administração sobre os principais fatos administrativos do Exercício, Relatório do Auditor Independente, Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados, Demonstrações de Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado e complementados por Notas Explicativas e a Proposta de Pagamento de Dividendo Adicional.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes e na aprovação pelo Conselho de Administração, este Conselho é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 22 de março de 2023

Nanci Cortazzo Mendes Galuzio Fernanda M.V.L. Schuery Soares

Marcelo Gomes Sodré

Gilberto Souza Matos

Adriano Candido Stringhini

VI. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas, aos conselheiros e aos diretores da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Ativo reversível da concessão

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 12, de que os balanços patrimoniais individual e consolidado apresentam na rubrica de ativo reversível da concessão, no Realizável a Longo Prazo - Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 195.374 mil em 31 de dezembro de 2022, referente aos investimentos a serem indenizados pelo poder Concedente (ANEEL), os quais foram mensurados pela Companhia com base no valor residual. O referido montante ainda está em processo de homologação e será definido após fiscalização e determinação do "Valor Novo de Reposição - VNR" pela ANEEL. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ativo não circulante destinado a venda - Transação de Partes Relacionadas por meio de Permuta de Imóveis

Conforme Notas Explicativas nº 10 e 24.6, a Companhia apresenta na conta de ativo não circulante destinado para venda o montante de R\$ 238.228, bem como na conta de Ajustes

de Elementos do Ativo no Patrimônio Líquido o montante de R\$ 157.214 (líquido de Impostos de renda e contribuição social diferidos) como contrapartida da operação. Com relação a esses saldos; a) No dia 21 de julho de 2022, foi comunicado ao mercado que a Fazenda do Estado de São Paulo foi autorizada, por meio do Decreto Estadual n.º 66.983, de 20 de julho de 2022, a realizar a permuta com a EMAE de um edifício localizado à Rua Augusta, n.º 1626, São Paulo, SP, de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, avaliado em R\$ 82.461 mil. Com o terreno de propriedade da EMAE, inserido no Parque Estadual Villa Lobos, situado à Avenida Dra. Ruth Cardoso, n.º 4.800, também no município de São Paulo - SP, avaliado em R\$ 94.770 mil. A EMAE recebeu a torna resultante da permuta, no valor de R\$ 12.309 mil, por ocasião de registro da escritura. O valor justo computado por ocasião da transferência para propriedades para investimentos do imóvel cedido, localizado no Parque Estadual Villa Lobos, no montante de R\$ 82.461 mil (R\$ 54.419 mil líquido de impostos), permanece registrado em conta de ajuste patrimonial dentro patrimônio líquido, a ser realizado na medida em que ocorrer a realização do imóvel recebido na permuta e o respectivo imposto de diferido R\$ 28.042 mil, a ser computado na base cálculo do respectivo imposto no momento da efetiva realização, conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º do Regulamento do Imposto de Renda; b) Com base em Laudos de instituições certificadas, registrou a valor justo do imóvel Terreno Zuccolo (antigo Bora- Fora 14) no montante de R\$ 155.767 mil (R\$ 102.795 mil líquido de impostos) em Propriedade para investimentos por ocasião do seu desuso na operação e seu uso como valorização de capital. Após deliberação em reunião do Conselho de Administração que autorizou a alienação por meio de processo licitatório, ambos os imóveis foram transferidos para a rubrica Ativo não circulante mantido para a venda a valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Planos de Benefícios

Conforme Nota Explicativa n.º 17, a EMAE é patrocinadora de planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A VIVEST é a Entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos (Asset Liability Management), resultou na alocação média no ano de 77% em renda fixa, 15% em renda variável e 8% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 7,03% em 2022. Em 2022 após revisão das premissas utilizadas no plano atuarial e seguindo os princípios do CPC 33 (R1) “Benefícios a Empregados” a provisão do plano teve uma queda no montante de R\$ 152.990 (acréscimo de R\$ 112.733 mil em 31 de dezembro de 2021), devido a queda do déficit atuarial dos planos de aposentadoria da EMAE causado, principalmente, pela variação das taxas de descontos. Durante o exercício não foi necessário equacionamento em função da avaliação atuarial. Na avaliação atuarial do plano foi

utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Com a assistência de um especialista, nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela Companhia, através do auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas da metodologia utilizada pelo atuário da Companhia, efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do resultado atuarial definidas em plano, vem respeitando o regime de responsabilidade paritária entre a patrocinadora e os participantes necessários. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações.

Impostos Diferidos

Conforme Nota Explicativa nº 8.2, a Companhia reconhece contabilmente os efeitos fiscais das diferenças temporárias e prejuízos fiscais sobre o Imposto de Renda e a Contribuição Social. O reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis está previsto no Pronunciamento CPC 32 e Deliberação CVM nº 599/2009 que estão suportados por projeção de resultados elaborado pela Administração. A determinação dos Ativos Fiscais Diferidos por diferenças temporárias e prejuízos fiscais requerem reavaliação anual para identificação de valores não reconhecidos e probabilidade de recuperação com lucros tributáveis futuros. Os valores referentes às diferenças temporárias são obtidos através dos controles dos saldos de créditos de liquidação duvidosa, provisão para a realização dos investimentos com os recursos recebidos para investimentos na Concessão, as contingências trabalhistas, cíveis e tributárias, ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga, o Ativo financeiro relativo ao acordo com a Sabesp, o plano de benefício definido, valor de justo de bens alocados em propriedade para investimentos e ativo não circulantes destinados a venda, entre outras provisões que venham a ser deduzidas para fins fiscais apenas quando da sua realização. Consideramos esse um dos principais assunto de auditoria, tendo em vista o risco relacionado aos controles manuais das provisões da auditada, a materialidade dos valores reconhecidos e a incerteza de liquidez destes ativos.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, foram realizados procedimentos de acordo com a regulamentação do Conselho de Valores Mobiliários, em vigor, bem como avaliamos os estudo técnico que dê suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável a esta matéria, bem como a contextualização, análises, premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador, fiscalizador e legislação de imposto de Renda e Contribuição Social.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, as quais são base para o registro dos ativos fiscais diferidos, os critérios e as premissas adotadas pela Administração para estimar e calcular o Ativo Fiscal Diferido e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas.

Propriedade para investimentos e ativo não circulantes mantido para vendas

Conforme Notas Explicativas nº 10, 13 “b” e 24.6, a Companhia apresenta na conta de ativo não circulante destinado para venda o montante de R\$ 238.228, na conta de propriedade para investimento o montante de R\$ 130.762, bem como na conta de Ajustes de Elementos do Ativo no Patrimônio Líquido o montante de R\$ 243.517 (líquido de Impostos de renda e contribuição social diferidos). Decorre que durante o ano a Companhia, com base em Laudos de instituições certificadas, registrou a valor justo, três imóveis, Espaços A e C vinculados a Usina São Paulo, terreno Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta, e Terreno Zuccolo (antigo Bora- Fora 14), dos quais apenas os Espaços A e C vinculados a Usina São Paulo permanecem classificados na rubrica de propriedade para investimentos, sendo os demais realocados para a rubrica Ativo não circulante mantido para a venda a valor justo, após deliberação em reunião do Conselho de Administração que autorizou a alienação de ambos por meio de processo licitatório.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, avaliação dos laudos emitidos, que determinaram os valores justos dos imóveis, leitura da nota técnica emitida pela administração, verificação dos contratos de permuta dos imóveis comprovando a troca entre o terreno Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta com torna, contabilização das diferenças entre valor justo apurado nos laudos e valor residual em conta de ajuste patrimonial no patrimônio líquido, seguindo os preceitos emanados nos CPC 28 de Propriedade para investimentos. Averiguamos, também, as reclassificações dos imóveis destinados a venda para conta de Ativo não circulante destinados a venda conforme preceitos emanados pelo CPC 31. Adicionalmente verificamos a correta contabilização do respectivo impostos diferidos passivo a ser realizado a medida em que ocorrer a realização dos imóveis, a ser computado na base cálculo do respectivo imposto no momento da efetiva realização, conforme hipóteses previstas no Regulamento do Imposto de Renda.

Consideramos que as premissas e a metodologia de avaliação utilizadas são aceitáveis, considerando as práticas utilizadas no mercado e normas contábeis vigentes para Propriedade para Investimentos e Ativo não Circulante destinados a venda, no contexto das demonstrações contábeis.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas

demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 10 de março de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

VII. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 16º andar, Bairro de Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.



Av. Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Cidade Monções
04576-010 | São Paulo-SP | Telefone: +55 (11) 2763-6502
www.emae.com.br | riemae@emae.com.br